UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ENTRELINHAS DO PATRIMÔNIO:
memórias de gerações na Praça Cívica em Goiânia

ROBSON VIEIRA DOS ANJOS

Goiânia
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[x] Dissertação [ ] Tese [ ] Outro*:_____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

ROBSON VIEIRA DOS ANJOS

3. Título do trabalho

ENTRELINHAS DO PATRIMÔNIO: MEMÓRIAS DE GERAÇÕES NA PRAÇA CÍVICA EM GOIÂNIA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:
a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON VIEIRA DOS ANJOS**, **Discente**, em 18/08/2022, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº

10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Manuel Ferreira Lima Filho**, **Professor do Magistério Superior**, em 18/08/2022, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3126131** e o código CRC **77A31E5C**.

Referência: Processo nº 23070.032684/2019-07 SEI nº 3126131

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ENTRELINHAS DO PATRIMÔNIO:
memórias de gerações na Praça Cívica em Goiânia

ROBSON VIEIRA DOS ANJOS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Área de concentração: Antropologia

Orientador: Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho

Goiânia
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Anjos, Robson Vieira
ENTRELINHAS DO PATRIMÔNIO: [manuscrito] : memórias de gerações na Praça Cívica em Goiânia / Robson Vieira Anjos. - 2019.
CXVIII, 118 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Goiânia, 2019.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, símbolos, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Patrimônio. 2. Goiânia. 3. Praça Cívica. 4. Memória. 5. Lugar. I. Lima Filho, Manuel Ferreira , orient. II. Título.

CDU 572

ROBSON VIEIRA DOS ANJOS

ENTRELINHAS DO PATRIMÔNIO:
MEMÓRIAS DE GERAÇÕES NA PRAÇA CÍVICA EM GOIÂNIA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás, na área de atuação de antropologia, como requisito para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

BANCA DE DEFESA:

_____

Profº Drº Manuel Ferreira Lima Filho (orientador)
Universidade Federal de Goiás – UFG
PPGAS / Museu Antropológico

_____

Profª Drª. Indira Nahomi Viana Caballero
PPGAS – UFG

_____

Profª Drª Izabela Maria Tamaso
PPGAS – UFG

_____

Profª Drª Janine Helfst Leicht Collaço
PPGAS – UFG

Goiânia,
Setembro de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2019, às 9 horas, nas dependências do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado de **ROBSON VIEIRA DOS ANJOS**, intitulada *ENTRELINHAS DO PATRIMÔNIO: MEMÓRIAS DE GERAÇÕES NA PRAÇA CÍVICA EM GOIÂNIA*. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores Doutores: Manuel Ferreira Lima Filho (PPGAS/UFG/presidente), Izabela Maria Tamaso (PPGAS/UFG) e Indira Nahomi Viana Caballero (PPGAS/UFG), com Janine Helfst Leicht Collaço (PPGAS/UFG) como suplente. O candidato apresentou o trabalho, os examinadores o arguiram e ele respondeu às arguições. Às 11h30 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pelo qual foram atribuídos ao mestrando os seguintes resultados: (x) **Aprovado** ( ) Reprovado. Reaberta a sessão pública, o presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Manuel Ferreira Lima Filho**, **Professor do Magistério Superior**, em 27/09/2019, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **INDIRA NAHOMI VIANA CABALLERO**, **Usuário Externo**, em 25/11/2019, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Izabela Maria Tamaso**, **Professora do Magistério Superior**, em 09/05/2022, às 03:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0914623** e o código CRC **29F9F6C7**.

Referência: Processo nº 23070.032684/2019-07 SEI nº 0914623

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....15

1.2. Os contornos da escrita.....18

2. MEMÓRIAS DE GERAÇÕES: JOAQUIM SANTANA E MÁRCIO CARVALHO…20

2.1. Quiosque: o lugar do lugar.....32

3. CONSTRUÇÃO DOS DADOS.....39

3.1. Caminhos da pesquisa.....39

3.2. Tensionamentos conceituais: entre histórias e memórias.....43

3.3. Interfaces da memória.....45

3.4. Cidade, pesquisas e arquivos.....53

3.5. Espaço e lugar: conceituação antropológica.....55

4. O CHÃO DA PESQUISA: GOIÂNIA EM SEUS “TEMPOS” E “FORMAS”.....59

4.1. Patrimonialização da cidade: processo de tombamento.....66

4.2. Contornos patrimoniais e a definição dos lugares e dos sujeitos.....70

4.3. Cartografia da Praça: tensionamentos entre espaços e lugares.....72

5. A NEGATIVA PATRIMONIAL: PATRIMÔNIO CONTESTADO.....81

5.2. O taperão: algumas reflexões finais.....85

6. NARRATIVAS VISUAIS.....91

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....112

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Seu Joaquim, ao fundo o antigo quiosque antes da desocupação (Fonte. O popular).....21

Figura 2: Joaquim Santana na admissão no Eercito e Mácio Carvalho calouro da universidade. Ambos com 18 anos. (Fonte: Acervo particular).....22

Figura 3: Márcio Carvalho. (Fonte: Próprio autor, 2018).....28

Figura 4: Márcio Carvalho e Joaquim Santana caminhando pela Praça. (Fonte: Próprio autor, 2018).....29

Figura 5: Márcio Carvalho e Joaquim Santana, 2018 (Fonte: Autoria própria).....30

Figura 6: Joaquim Santana em entrevista, 2018 (Fonte: Autoria própria).....31

Figura 7: Márcio Carvalho e Joaquim Santana, 2018 (Fonte: Autoria própria).....31

Figura 8: Márcio Carvalho e Joaquim Santana, 2018 (Fonte: Autoria própria).....32

Figura 9: Porta do autal quiosque, 2018 (Fonte: Autoria própria).....36

Figura 10: Joaquim Santana em entrevista junto ao quiosque, 2018 (Fonte: Autoria própria).....37

Figura 11: Bois em processo de planagem de terrento em frente ao Palácio do Governo, ano desconhecido (Fonte: MIS).....61

Figura 12: Vista aérea diurna da Praça Cívica, ano desconhecido (Fonte: IBGE)….63

Figura 13: Vista aérea noturna da Praça Cívica, 2016 (Fonte: ladoalto).....65

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Localização geográfica do quiosque, 2019 (Fonte: Autoria própria).....33

Mapa 2: Localização dos prédios e monumentos tombados, 2019 (Fonte: Autoria própria).....73

Mapa 3: Praça em relação aos pontos cardeais, 2019 (Fonte: Autoria própria).....74

Mapa 4: Limites entre entre Estado, município e quiosque (Fonte: Autoria própria). 76

SIGLAS

EIPDCC - Especialização Interdisciplinar em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania

FCS - Faculdade de Ciências Sociais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NDH - Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos

PDH - Pesquisas em Direitos Humanos

SEDEM - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEDETEC - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Ciência e Tecnologia

MIS - Museu da Imagem e do Som

OVG – Organização das Voluntárias de Goiás

SEDUCE - Secretaria de Estado da Educação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFG - Universidade Federal de Goiás

DEDICATÓRIA

Ao Sr. Joaquim pela presença, memória e sabedoria transformadas em atitudes de resistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a...

Minha família por todo apoio e incentivo;

Amigos e amigas, especialmente aos que foram instrumentos de compreensão ao longo da pesquisa (prefiro não citar nome para não ser omisso);

Colegas da turma 2017.1 do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS), cada um sabe a importância que teve no meu trabalho;

Professores e professoras do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS) e todo colegiado;

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento;

Meu orientador, Manuel Ferreira Lima Filho, por todo cuidado, orientação e amizade;

E a todos,e todas, que foram fundamentais no incentivo dessa pesquisa.

A eles/elas minha terna gratidão!

Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador.

(Provérbio Africano)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir acerca dos discursos patrimoniais utilizados no processo de requalificação da Praça Cívica em Goiânia (Go). Utiliza, para tanto, narrativas apresentadas por atores que testemunharam transformações por qual passou o referido espaço público nos ultimos anos, de maneira especial desde 2003 quando foi aprovado pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) o Dossiê de Tombamento do Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia, composto por um um conjunto de 22 edifícios e monumentos públicos, considerado um dos mais significativos do Brasil. A narrativa etnográfica se dá princialmente através das memórias do senhor Joaquim Santana, e também do seu filho Márcio Carvalho, que na Praça estabeleceu um quiosque onde trabalhou e viveu por mais de cinco décadas. Entre os elementos que configuram essa pesquisa destaca-se o lugar (o quiosque), as memórias, narrativas e os desdobramentos das policas patrimoniais.

PALAVRAS-CHAVES: Patrimônio; Goiânia; Praça Cívica; Memória; Lugar.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los discursos patrimoniales utilizados en el proceso de recalificación de la Plaza Cívica en Goiânia (Go). Para este fin, se utiliza narrativas presentadas por actores que han sido testigos de las transformaciones que ha sufrido el espacio en los últimos años, especialmente desde 2003 cuando el Iphan (Instituto de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional) aprobó el Dossier de Propinas de la Colección Arquitectónica y Urbanística Art Deco de Goiânia, que consta de un conjunto de 22 edificios públicos y monumentos, considerado uno de los más importantes de Brasil. La narrativa etnográfica se produce principalmente a través de los recuerdos del Sr. Joaquim Santana y de su hijo Márcio Carvalho, quien estableció un quiosco donde trabajó y vivió durante más de cinco décadas. Entre los elementos que componen esta investigación se encuentra el lugar (el quiosco), los recuerdos, las narrativas y el desarrollo de políticas patrimoniales.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio; Goiânia; Plaza Cívica; Memoria; Lugar.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the patrimony discourses used in the process of requalification of the Civic Square in Goiânia (Go). To this end, it uses narratives presented by actors who witnessed transformations that the public space has undergone in recent years, especially since 2003 when the Iphan (Institute of National Historical and Artistic Patrimony) approved the Dumping Dossier of the Architectural Collection and Urban Art Deco of Goiânia, consisting of a set of 22 public buildings and monuments, considered one of the most significant in Brazil. The ethnographic narrative occurs mainly through the memories of Mr. Joaquim Santana, and also of his son Márcio Carvalho, who established a kiosk where he worked and lived for over five decades. Among the elements that make up this research is the place (the kiosk), the memories, narratives and the unfolding of the patrimonial policies.

KEY WORDS: Patrimony; Goiânia; Civic Square; Memory; Place.

1. INTRODUÇÃO

As reflexões contidas neste trabalho tiveram início no ano de 2014, por ocasião da minha mudança para a cidade de Goiânia. Morava em Santa Maria da Vitória um pequeno município de pouco mais de 50 mil habitantes, no interior da Bahia, na divisa entre os estados de Goiás e Minas Gerais. Goiânia me pareceu zona propícia para reflexões e pensamentos sobre o humano e suas relações na ocupação dos espaços. Encontrava-me vislumbrado com o cenário agigantado em escala urbana. As reflexões foram ganhando corpo a partir da permanência na cidade onde passei a assumir alguns papéis sociais: o primeiro como aluno da Faculdade de Ciências Sociais (FCS), da Universidade Federal de Goiás (UFG), no bacharelado em Ciências Sociais - com ênfase em políticas públicas - onde realizei uma primeira experiência de pesquisa. Havia compreendido ali que o espaço urbano e a realidade a minha volta tinham muitas coisas a dizer. Participei de algumas disciplinas que me introduziram nesse caminho teórico. Com orientação do professor Manuel Lima Filho desenvolvi pesquisa tendo como foco os estudos patrimoniais, trajetória construída por meio de diálogos com a antropologia e suas abordagens teóricas conceituais sobre espaços, museus e patrimônios.

Ainda na graduação algumas disciplinas foram estimulantes nesta trajetória. A primeira *Cultura, cidadania e políticas patrimoniais*, sob orientação do Prof. Dr. Manuel Lima Filho (2016), contribuiu com ampliação do repertório intelectual acerca das questões que relacionam políticas patrimoniais com a cidadania dos diversos atores sociais; a segunda, *Antropologia do lugar,* conduzida sob orientação da Profa. Dra. Izabela Tamaso (2016), corroborou na complementação do debate entre pessoas, espaços e lugares; a terceira *Antropologia visual como método* teve orientação do Prof. Dr. Gabriel Alvarez (2016) e contribuiu sobremaneira para o despertar das visualidade como ferramenta metodológica na pesquisa antropológica; por fim, a quarta e última foi *O método etnográfico,* mais uma vez com orientação do Prof. Dr. Manuel Lima Filho (2016), fortaleceu o desenho dos percursos teóricos e metodológicos aqui experienciados.

Outro ponto importante na tomada de decisão no desenvolvimento desta pesquisa foi a realização de estudos relacionados, como a *Especialização Interdisciplinar em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania (EIPDCC)* oferecida pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos (NDH) também da Universidade Federal de Goiás onde pude vivenciar locais distintos em momentos diferentes: num primeiro em 2011 fiz parte da equipe gestora exercendo função de técnico-administrativo, ocasião em que pude acompanhar as produções acadêmicas em cada um dos polos espalhados pelo Estado; num segundo momento no ano de 2017, como aluno, realizei pesquisa utilizando mais uma vez a abordagem patrimonial com enfoque na imaterialidade em diálogo com o conceito de cidadania patrimonial (LIMA FILHO, 2016) com pesquisa intitulada *Carrancas do Corrente: memórias e histórias de rio e gente* sob orientação da Profa. Dra. Rosani Moreira Leitão.

Ainda em 2017, como resultado do trabalho de final do curso (TFC) de graduação, voltei a trabalhar a temática do patrimônio na pesquisa intitulada *Espaço público, usos e representações: um estudo sobre a política de (re)qualificação da Praça Cívica em Goiânia*, tive orientação do Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho. A partir desse momento a Praça Cívica passou a ser vista noutra perspectiva, por ocasião do projeto de mestrado revelou-se como “objeto” de estudo em sua interlocução subjetiva.

Nessa breve cartografia pessoal aparecem caminhos e experiências estabelecidas na relação entre o sujeito - no caso eu - e o espaço - a cidade de Goiânia - numa perspectiva curiosa tendo o espaço urbano e seus acontecimentos como elementos interlocutores. A Praça boa para pensar as relações e a cidade como um grande campo de pesquisa na qual o primeiro elemento está incluso.

Com um novo *corpus* delineado fazia-se necessário ajustar escolhas metodológicas de forma a encontrar meios que possibilitassem traduzir em texto análises das vivências experienciadas. A antropologia urbana apresenta-se como aporte teórico eleito, porém não encerra em si, é ponto de partida capaz de dar corporeidade ao trabalho de modo a se materializar numa dissertação.

Muitas ponderações, olhares, escutas e diálogos foram estabelecidos. Reflexões às vezes existenciais, investigativas, interrogadoras da própria existência,

mas que contribuíram como força motriz na pesquisa, por isso o trabalho apresenta muito mais questionamentos que respostas. É uma pesquisa que não encerra em si todas as perguntas, mas pela sua dinâmica apresenta mais questionamento que respostas.

Cardoso de Oliveira (1988) ao falar sobre o trabalho do antropólogo, considerando a “reconfiguração” dos sentidos, aponta para expertises fundamentais. Busquei ressignificar essas experiências no deslocamento da minha *práxis*. O olhar precisou passar por readaptação, Goiânia aparecia como armadilha para visão, havia predileção pela arte e pelo que a mim despertava interesse. A cidade era esse cenário agitado que numa passagem de segundo poderia sobrepor atenção para outros lugares que não o que interessava no momento. A Praça com seus caminhos e acontecimentos tomaram tom comunicativo. Uma cena cotidiana, como duas pessoas paradas conversando, passou a ter novos significados. Tudo era digno de observação, olhar apurado e atento. A cidade tornou-se sensitiva na tentativa de decodificação dos seus signos e símbolos.

Trabalhar com a perturbação da escuta foi desafiante. Ouvir e se fazer ouvido numa metrópole é tarefa que exige paciência. Os sons ainda que incompreensíveis pela alta densidade dos ruídos urbanos são informações consideráveis que se tomadas numa proposta de análise tanto aponta caminhos como pode apresentar respostas. Imprescindível se fazia a auscultação da cidade (carros, ruas, pessoas, passos, vento, árvores, pássaros, silêncio…) tudo tomado como informação. Quando a escuta se dá de forma equilibrada, entre o falar e o ouvir, temos um processo dialógico. A comunicação humana é concebida no fluxo de recebimento e emissão direta e indireta de informações através do diálogo. Mas, e quanto ao inanimado, ao concreto, como realizar o processo comunicacional no qual está compreendido a escuta de forma objetiva para uma forma de expressão subjetiva? Como ouvir a Praça? Como escutar seus prédios e monumentos? Essas perguntas apontam rumos metodológicos. Tudo foi motivo de informação, até mesmo o silêncio sepulcral da Praça vazia num feriado de domingo de manhã ou a ação de cruzar seus limites no meio de uma madrugada fria. Para a antropologia pesquisar é também experienciar as sensações no próprio corpo, quando possível, a partir da alteridade sobre quem ou o que se pretende dizer. As escutas que dão voz a esse

trabalho passam pelas pessoas e atingem em certo momento o inanimado. Compreendo a Praça dentro da cidade como feita de gente e concretos, além de outros corpos.

1.2. Os contornos da escrita

A escrita compõe o circuito sensitivo de escutas e ordenação de pensamentos. Através dela os resultados são apresentados de modo a refletir o esforço empregado na condução desse trabalho que visa refletir sobre a relação entre patrimônio, espaço e memórias como importantes categorias de análises dentro da antropologia de forma a contribuir com o crescimento desse campo de pesquisa em sua relação com abordagens conceituais no campo das políticas patrimoniais.

Dividido em cinco partes, busco num primeiro momento apresentar o conflito existente entre as políticas de requalificação e as gerações que vivenciam o espaço da Praça Cívica, tendo como referência dois principais personagens que ali permaneceram por mais de cinco décadas. A categoria da memória e da história de vida desses interlocutores direcionam as reflexões pretendidas na primeira parte do trabalho.

A segunda parte apresenta uma discussão sobre o fazer antropológico e sua relação com o campo de modo a anunciar os caminhos percorridos na coleta dos dados e como esses estão entrelaçados entre a pesquisa (o campo) e a escrita. Objetiva ainda tensionar conceitos, suscitar histórias em contraponto com memórias em suas várias interfaces, problematizar o debate acerca das concepções sobre lugares e espaços de modo a valorizar a sua conceituação antropológica na relação com as ações ocorridas desde o processo de tombamento.

Na terceira parte busca apresentar a cidade em suas “formas” e “tempos” com objetivo de refletir acerca da visão hegemônica proposta pela ideia de identidade coletiva defendida pelo estado-nação. Perpassa a discussão da ascensão da *art déco* como estilo preponderante da identidade arquitetônica da cidade e como esse discurso está relacionado a um ideal de modernidade pensando construído

desde o surgimento da capital que agora se contrasta com os contornos históricos e sociais tomados ao longo do tempo e que se refletem na atualidade. Problematiza ainda o processo de tombamento por qual passou o Núcleo Pioneiro em que se encontram os prédios da Praça Cívica e sua contraposição ao quiosque e demais monumentos. Traz ainda pro debate a relação entre os sujeitos que vivem a cidade e sua áurea patrimonial através da cartografia geográfica do espaço em relação com a cartografia social.

A quarta parte apresenta algumas reflexões acerca dos desdobramento da política patrimonial ali apresentada partindo dos questionamentos sobre a ocupação e presença do quiosque tendo como referência as narrativas apresentadas por Seu Joaquim Santana e seu filho Márcio Carvalho. Aborda ainda os questionamento quanto ao processo de patrimonialização e seus efeitos no ordemanemtno social da Praça.

E, por fim, a quinta e última parte, faz uma escrita através de fotografias, utilizando da proposta de narrativa visual, a imagem dentro da perpectiva antropológica (GODOLPHIM, 1995, p.172), como forma de aproximar leitor, histórias, narrativas, lugares e acontecimentos vividos e registrados por meio das fotografias.

2. MEMÓRIAS DE GERAÇÕES: JOAQUIM SANTANA E MÁRCIO CARVALHO

As memórias sobre um lugar é uma uma linha que contorna transformações ali ocorridas aproximando passado e presente. As memórias de uma cidade é mescla das memórias de muitas pessoas que a habitam ou habitaram e que como num álbum de retrato guarda aquelas que lhe pareçam mais importantes.

Joaquim Benedito Santana, a quem vou preferir tratar como Seu Joaquim, é um dos interlocutores neste trabalho, a sua história de vida confunde um pouco com a da Praça Cívica. Testemunha das várias histórias e momentos vivenciados, Seu Joaquim ocupou por um longo período, 65 anos, um lugar de observador, mas não somente, também foi guardião do espaço e suas histórias. Trabalhou e morou em um quiosque durante anos, localizado no lado esquerdo, próximo ao Palácio das Esmeraldas, em frente ao já demolido Palácio das Campinas, onde funcionava um pequeno comércio e de onde tirou o sustento para cuidar de toda sua família. Foi depois de prestar serviço militar que Seu Joaquim chegou à Praça na década de 1950 e desde então lá estabeleceu.

> O ano direito não sei, mas sei que quando cheguei nessa praça tava fazendo esse prédio do Ministério do Trabalho. Esse Tribunal era só aquele prédio da frente e no fundo ali era uma praça, tinha uma feira chamada Feira do Palácio. Eu comprava as coisas lá: banana, maçã, essas coisas pra vender na minha banca. Depois eu comprei o engenho de cana tocado a mão. Moia tocado a mão, mas cansava demais da conta. Ai Deus ajudou que eu comprei um motor 63, pus motor nele e fui melhorando. Depois comprei uma máquina de moer cana, depois fiz uma ‘gurita' e foi indo... Até chegar essa aqui. (JOAQUIM SANTANA, JULHO DE 2018)

Seu Joaquim como é popularmente conhecido, 95 anos, pai de seis filhos, é natural da Cidade de Goiás, nasceu em 1924 no auge da Segunda Guerra Mundial, “sou de Goiás, crescido em Campo Grande. Nasci na cidade de Goiás, Goiás velho” (JOAQUIM SANTANA, 20 DE JULHO DE 2018). Filho de Dona Mariana Santana e do Senhor Francisco Santana, também vilaboenses, foi criado numa numerosa família de 8 irmãos sendo o único ainda vivo. Os pais eram lavradores, profissão que também exerceu ainda na cidade de Goiás. Trabalhou na roça plantando arroz, entre outros mantimentos. Passou, segundo narra, por momentos difíceis chegando a experiência da fome. Ainda quando criança, por volta dos sete anos, sua mãe veio a

falecer e ele passou a ser criado pela mãe adotiva e esposa do seu pai. Estudou até o primeiro ano do ensino médio tendo o domínio da leitura, é um leitor assíduo cuja predileção são os escritos relacionadas a informações jornalísticas.

Após deixar sua cidade natal, por volta dos 24 anos, mudou-se para Ipameri no Acre onde serviu o Exército Brasileiro por dois anos e meio no 9º Batalhão de Engenharia e Construção. Lá que aprendeu o ofício de mecânico, profissão que exerceu por mais de 15 anos ao retornar para seu Estado e se instalar na recém criada cidade de Goiânia vindo a trabalhar no extinto Consórcio Rodoviário de Goiânia. Seu Joaquim nunca mais retornou à cidade de Goiás onde diz querer voltar antes de morrer.

Figura 1: Seu Joaquim, ao fundo o antigo quiosque antes da desocupação (Fonte. O popular).

Seu Joaquim casou-se com Abadia Eduardo de Carvalho Santana em 1967 com quem teve quatro filhos: Geomar Joaquim, autônomo; Márcia Carvalho Santana, 51 anos, secretária; Márcio Carvalho Santana, 51 anos, cirurgião dentista; Mônica Carvalho Santana, autônoma. Ainda na cidade de Goiás, teve uma primeira filha por nome de Madalena Nogueira (60 anos) fruto de um primeiro matrimônio em que a esposa veio a falecer. Madalena é a primogênita e foi a primeira a se estabelecer no quiosque, após todos os irmão passaram por essa espécie de ritual.

Abadia Eduardo de Carvalho Santana, a esposa, trabalhadora do lar, teve participação determinante na vida de Seu Joaquim. O conheceu no quiosque da onde costumava ir passear aos finais dos dias, dessa relação originou-se quatro filhos do casal. Seu Joaquim trabalhava no quiosque para sustentar a família, Dona Abadia Eduardo fomentava a renda atuando como doméstica na casa da elite goianiense, ajudava no quiosque com atividades de limpeza além de auxiliar de forma determinante no processo de comercialização dos produtos. Dona Abadia Eduardo além de ser extremamente reservada é de formação religiosa pentecostal até hoje praticante. Seu Joaquim também tem essa formação religiosa tema que pouco abordou durante as conversas.

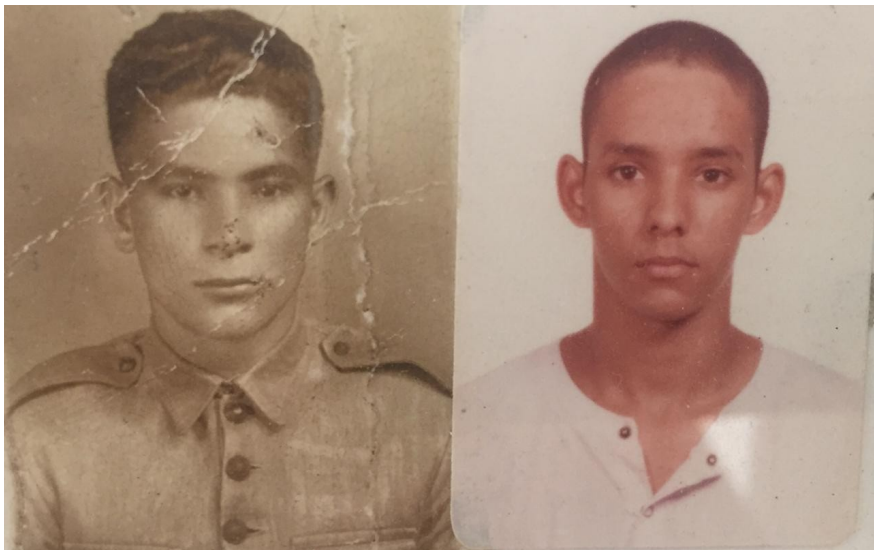


Figura 2: Joaquim Santana na admissão no Eercito e Mácio Carvalho calouro da universidade. Ambos com 18 anos. (Fonte: Acervo particular).

Márcio Carvalho Santana, 51 anos, solteiro, sem filhos, terceiro filho de Seu Joaquim e Dona Abadia Eduardo, nasceu em Goiânia e foi “criado na Praça” segundo o mesmo. Trabalhou por muito tempo com o pai e foi do quiosque que encontrou meios para subsidiar os estudos. Estudou em escola pública durante todo o ensino fundamental, no ensino médio foi para o Colégio Objetivo, em 1986 ingressou no curso de odontologia da Universidade Federal de Goiás tendo concluído em 1990. Hoje formado cirurgião dentista possui consultório instalado na rua dois no centro. Sobre o trabalho no quiosque afirma: “comecei aos 7 anos de idade. Varria o chão, lavava copos, atendia o balcão depois mais adolescente, aos

14 anos fui pro caixa e ainda continuava estudando", (MARCIO CARVALHO, 13 DE AGOSTO DE 2018). Assim como pai se mostra consciente do seu papel de cidadão conhecedor das transformações ocorridas na Praça ao longo de anos. "Eu conheço a praça, eu nasci na praça, eu moro na praça" (MÁRCIO CARVALHO, 13 DE AGOSTO DE 2018).

A presença de ambos foi requisito apresentado pelo campo. Ao perguntar sobre as figuras ilustres que compunham as histórias da Praça o nome deles, especialmente o do pai, apareciam de forma unânime como grande referência do local. A presença de Seu Joaquim na pesquisa passou a ser fundamental, mas para localizá-lo melhor foi necessário uma busca minuciosa, pois já não ocupava o mesmo espaço da Praça. O quiosque estava vazio.

Era manhã de sábado, dia 21 de abril de 2018. O ponteiro marcava 12 horas e 21 minutos e lá ao longe já avistava aquele senhor de passos firmes e de simpatia transbordante. Era Seu Joaquim que chegava para mais uma de suas visitas que semanalmente, como rito ortodoxo, realiza. Após cumprimento e apresentação dispara: "Quando comecei a trabalhar aqui a praça tinha muito movimento. Antigamente só tinha aqui para as pessoas passearem, em Goiânia. Agora existem outras praças bonitas" (JOAQUIM SANTANA, 21 DE ABRIL DE 2018), fala ao lembrar as memórias de um lugar que não é mais seu por direito, muito embora faz-se presente todos os sábados sendo levado por Márcio Carvalho, seu filho mais velho.

Ao apresentar o processo de crescimento ocorrido no quiosque evidencia sua forma de vida e a relações criadas no âmbito da Praça que hoje aparecem em sua narrativas com ar saudosista.

> Aqui eu tinha amizade… Ali era o Fórum. De primeiro, tinha júri aqui dentro. Lá era a Secretaria da Fazenda, a chave daquela porta eu ficava com ela aqui. Eu dormia no quiosque a vida toda, então o zelador ia embora a noite e me dava a chave. Se eu quisesse entrar lá a noite eu entrava. Eu nunca entrei lá sozinho. Entrava lá pra fazer as necessidades, depois que o zelador chegava. A chave da porta principal estava comigo, mas nunca aproveitei da confiança que tinha em mim pra entrar lá fora de hora. (JOAQUIM SANTANA, 20 JULHO DE 2018)

Perfazem essas memórias interseções que apontam para a confiança, respeito e acima de tudo situação de proteção e cuidado com o bem público. O que

pode ser percebido na relação com o local onde estava instalada o quiosque, sendo essa postura do próṕrio seu Joaquim, como nas relações criadas a partir da confiança dada pelos funcionário da administração pública como no caso de guarda das chaves. Evidente a condicionante do respeito, pois mesmo portando as chaves do recinto, sendo esse a Secretária da Fazenda, nunca adentrou por considerar ser essa uma atitude de desrespeito. O comportamento apresentado nessa relação demonstra consciência cidadã e reconhecimento dos limites que determinam práticas ainda que em determinada situação houvesse necessidade de ultrapassá-lo. Postura reafirmada quando perguntado sobre os usos incomuns das fontes luminosas para finalidades distintas. Perguntado sobre se em algum momento tomou banho na fonte respondeu:

> Nós não. Eu nunca abusei do poder público. Tem alguns que toma quando liga ela a noite. Às vezes ele [o zelador] tava com preguiça deixava a chave comigo pra ligar e desligar ela. A fonte luminosa era bonita, quando era um círculo ela era bem redonda, ela vinha até aqui. Essa aqui dá um *mijozinho* dessa alturinha aqui só. A outra era uma cascata que tinha quase quinze metros de altura. (JOAQUIM SANTANA, 20 JULHO DE 2018)

A ideia de respeito apresentada atinge o cumprimento de protocolos que levam em consideração hierarquias existente entre poder público e sociedade civil. Ainda que sem o olhar controlador do Estado a resguardar, essa relação aparece como atitude de cidadania que independe da vigilância externa, mas encontra respaldo no exercício da própria cidadania conceituada a partir de práticas individuais dos sujeitos.

A ideia do belo, segundo o interlocutor, parece pertencer ao pretérito. Os novos ares dados não atendem as expectativas de quem diz ter vivido tempos áureos na relação com o espaço. Sobre isso destaca ainda as várias memórias que são históricas, entrelaçam tempos de glórias e de desventura na história política social do Estado de Goiás e mais precisamente ainda da cidade de Goiânia.

A Praça aparece ainda, nas memórias de Seu Joaquim a partir do quiosque, como símbolo de vanguarda na luta contra o fechamento democrático do país, foi onde segundo o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho (2006) as campanhas da “Diretas Já!” teve ponto de partida até ganhar fôlego por todo país.

> Acabou a ditadura foi eleito outro governador, foi até o Otávio Lajes. Foi eleito o primeiro governo depois da recessão. No dia da revolução aqui teve um dia marcado. O governo tinha um prazo pra sair e ele não saía. Então Castelo Branco falou que ele ia sair com o secretariado dele. Ai o Castelo Branco falou assim: “tu vai sair com seu secretariado”. Ai um dia ele mandou três aviãozinho fazer um ‘imprevisto’: rasgar o céu num vôo rasante sobre o palácio. O único homem que ficou aqui foi eu. Eu sou veterano do Exército, fui até cabo, sei o que eles fazem. Eu não saí daqui, todo mundo correu foi embora: “vambora é perigoso!”. Eu falei não, vou sair não. Ele não vai matar ninguém. Teve pressão do Exército para Mauro Borges sair. Aí o Mauro Borges desceu de lá do Palácio, tinha uma Kombi aqui na frente esperando. Ele, subiu em cima da Kombi fez um discurso. Ainda falou: “essa pressão não me ofende. Estou preparado para qualquer eventualidade” e deu o sinal com o braço. Ninguém sabe disso só eu que sei. Por que eu servi o Exercito sei tudo do Exército. (JOAQUIM SANTANA, 20 JULHO DE 2018)

Se a Praça é esse lugar de acontecimentos Seu Joaquim revela-se como a memória residual dos fatos, alguns deles não escritos, que perpassam tanto as narrativas políticas como a memória da concepção de espaços e monumentos ou de construção deles. Nessa seara merece destaque o entrosamento existente entre as *personas* políticas e o interlocutor. Parecia ser do ciclo social político do Estado. Esteve presente também em momentos memoráveis que narram a história da capital. Em frente ao Palácio das Esmeraldas aponta em confidências: “é o Palácio. A gente vinha, tinha festa aí. A gente vinha… Tinha, mas agora não tem mais não. Muito tempo que não faz” (JOAQUIM SANTANA, 2018). O fluxo político pode ser percebido tanto junto ao executivo estadual quanto ao poder municipal.

> Era governo. Tinha amigo da gente no governo que dava confiança. Mas intimidade não tinha não, tinha respeito. Eu passei por um monte de prefeitos aqui. Tem outro prefeito que era daqui. Ali foi feito o prédio da prefeitura depois que eu to aqui, ela funcionou ai muito tempo. Recebia, pagava tudo aí, depois que mudaram pra lá. (JOAQUIM SANTANA, 20 JULHO DE 2018)

Essa relação com os representantes do “poder”, embora bastante marcadas nas falas, em nenhum momento parece ter sido subsídio de abuso ou relação parecida entre Seu Joaquim e a “coisa” pública. O conhecimento de que fala na citação parece ser mais que um simples “oi”, tinha fluxo entre os gestores de forma a ter confiança depositária das chaves da repartição pública, involuntário papel de guarda, função sobre a qual nunca foi gratificado. Hoje esse tipo de prática teria problemas com as condutas legais, pois estaria em desacordo com o que diz os

códigos normativos. Naquele momento não só era lícito como significava: de um lado o respeito e do outro a valorização dessa confiança.

Seu Joaquim é crítico quanto a função da Praça. Ativo fazia questão de falar, mas para além disso buscava se dirigir ao local sobre o qual estava a falar, característica própria de quem tem confiança sobre o que tá fazendo, era como se quisesse provar a verdade sobre seu discurso. Ao passar em frente ao Centro Cultural Marieta Telles, onde hoje funciona o Cine Cultura fez a seguinte observação: “cineminha que não vale nada, não vai ninguem ai. Por acaso é uma, duas, três pessoas” (JOAQUIM SANTANA, 20 JULHO DE 2018) é crítico também no que tange ao vazio utilitário que sinaliza em relação a alguns prédios.

> Fizeram esses prédios aí. Esse prédio ali é o Tribunal de Contas, foi feito depois que eu tô aqui. Aí era uma praça, tinha até feira ai, chama Feira do Palácio. Esse prédio ai novinho, virou taperão. É um taperão. A Secretaria da Fazenda era aqui. Lá era o fórum. (JOAQUIM SANTANA, 20 JULHO DE 2018)

Taperão é um termo muito utilizado para descrever aspectos de ruínas e abandono. É uma palavra que compõem o vocabulário de um português pouco utilizado atualmente tendo mais referência com o rural, o sertanejo. Foi a palavra estabelecida por ele para descrever o estado em que se encontram os prédios tombados pelo IPHAN no recinto da Praça. Fala com propriedade quando utiliza da ideia de que “eu cheguei antes desse prédio ser construído”, “eu estava aqui eu vi sendo construído”. Olhar presente na história. A Praça como lugar para comércio aparece estabelecida na presença de Seu Joaquim. “Ali onde é o tribunal já era uma praça, tinha até feira, chamava feira do palácio. Tinha muito movimento. Comprava verduras, bananas pra vender na banca. Vendia muita bananas” (JOAQUIM SANTANA, 20 JULHO DE 2018).

De forma não oficial e espontânea, Seu Joaquim ajudou a compor a paisagem arquitetônica da Praça ao construir o primeiro quiosque, era uma ‘banca” debaixo de uma árvore, tendo sido bastante modificado até o momento da “expulsão” quando assume o aspecto apresentado na imagem que abre esse capítulo. Seu Joaquim parece possuir plena consciência da importância da relação existente entre monumento natural e monumento de cal e pedra. Foi ele que plantou

uma das árvores centenárias, madeira de lei, onde o quiosque funcionou nos anos iniciais.

Seu Joaquim parece ter a vida reduzida a algo muito simples como andar. Refaz semanalmente os caminhos da Praça com olhar atento a cada detalhe. É como se em cada canto estabelecesse uma relação comunicativa com o espaço, além da relação de amizade que ainda permanece com as pessoas que vivenciam e trabalham no local. Ao passar pelo vendedor de caldo de cana e cumprimentá-lo, pelo dono da banca de revista, ou até mesmo pelas pessoas aparentemente desconhecidas que encontra nos caminhos dá sinal das boas relações estabelecidas.

Nesse caminhar cada passo parecer preservar as memórias dos passos dados anteriormente num eterno desencadear de lembranças. As lembranças tomam conta das narrativas de Seu Joaquim de modo que o ar saudoso aparece ao falar sobre sua família e a forma como proveu do quiosque meios para sustentá-los. “Tenho saudades por aqui foi minha fonte de renda. Ganhei muito dinheiro aqui, criei família aqui, quatro filhos. Um formado dentista, esse ai (apontando). As mulheres não quis estudar e o outro também não quis estudar” (JOAQUIM SANTANA, 20 JULHO DE 2018).

É impossível falar sobre Seu Joaquim e sua relação com o quiosque sem considerar a presença de Márcio Carvalho, seu filho. É ele que hoje acompanha os passos do pai não só no sentido figurado, mas também nas relações burocráticas estabelecidas pelos processos de afastamento em função da requalificação. De tal forma as memórias de Márcio e suas narrativas são fundamentais para as reflexões apresentadas pelas memórias do seu pai. O mesmo ainda assume função diferencial, o que chamei de suporte da memória, pois é a ele que o pai se direciona quando alguma informação parece fugir da mente. O contrário também ocorre quando ele precisa da confirmação do pai, como sabedor do tempo, para fortalecer suas narrativas.

> A praça teve bons momentos, na época do governo Santillo, meu pai vai te relatar bem melhor, a gente tinha muito menino de rua na praça. Hoje a gente tem menos, mas hoje a gente tem o problema do *crack*, do *óxi*. Então tem pessoas que estão por exemplo “estacionadas” na Independência elas às vezes sobem a Goiás e ficam ali na Paranaíba algumas sobem até a Praça Cívica. Eles estão muito espalhados pela cidade. A noite eles se

> agrupam. Eles vendem drogas na margem do Correios alí. Eles estão usando os jardins, o telhado especialmente daquele quiosque por que é um telhado que tem inclinação maior. Eles guardam... Funciona como se fosse um *mocó* de drogas. Foi por isso que eu fiz esse telhado com essa queda d'água que é o que começou toda essa problemática com o IPHAN. (MARCIO CARVALHO, 20 JULHO DE 2018)

As trajetórias de Márcio e Seu Joaquim no que compete estão próximas considerando portanto o recorte de tempo e vivências entre os dois na relação de pai e filho e do labor no quiosque. É também fruto dessa relação questões institucionais entre o poder público e Seu Joaquim na conexão com a ideia de patrimônio onde pai e filho respondem processo administrativo junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em função de 'modificações' realizadas no quiosque sem prévia autorização.

Figura 3: Márcio Carvalho. (Fonte: Próprio autor, 2018).

Márcio é de constante presente na vida do pai, como na vida da Praça e principalmente na vida dos frequentadores e usuários do espaço. "Eu acompanhei a obra do ínicio ao fim. Eu tenho visão contemplativa da praça todo o tempo" (MARCIO CARVALHO, 20 JULHO DE 2018) esse olhar atento permitiu acompanhar o processo evolutivo por qual a Praça passou nos últimos anos. Marcio mostra ser uma pessoa preocupada com os movimentos políticos que envolvem o processo de

patrimonialização. As tramas relacionadas a essas vivências aparecem com mais aprofundamento na relação entre o quiosque e o processo de requalificação.

Figura 4: Márcio Carvalho e Joaquim Santana caminhando pela Praça. (Fonte: Acervo do autor, 2018).

A sequência de fotos a seguir, apresenta narrativa visual, visto que algumas coisas as palavras não conseguem descrever, visam contribuir com uma compreensão das relações aqui comunicadas entre Seu Joaquim, Marcio Carvalho, a Praça Cívica e o quiosque.

Figura 5: Márcio Carvalho e Joaquim Santana, 2018 (Fonte: Acervo do autor, 2018).

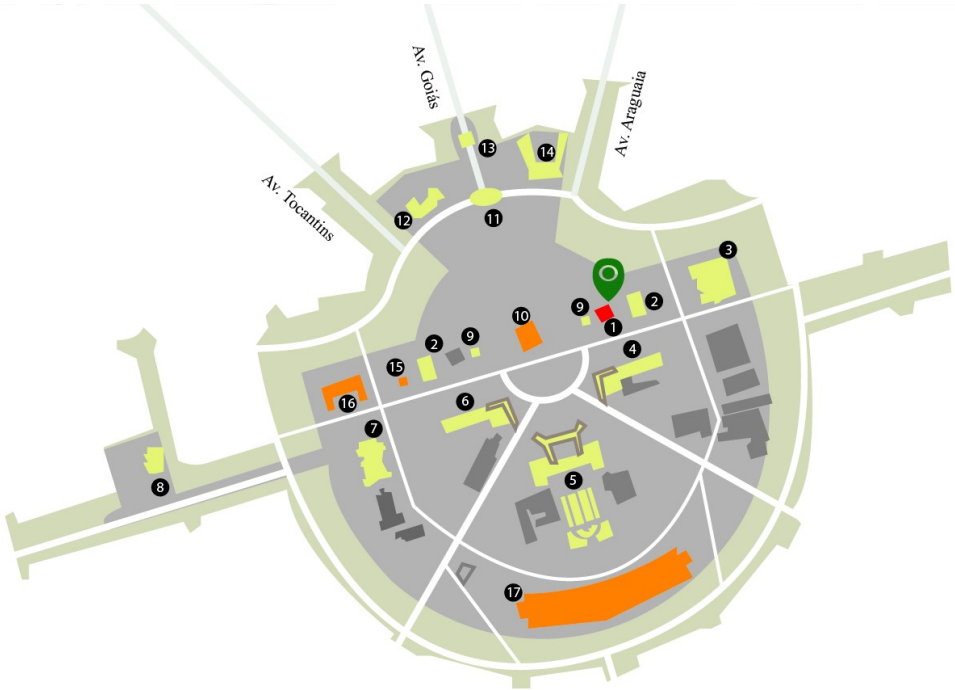
Figura 6: Joaquim Santana em entrevista, 2018 (Fonte: Acervo do autor, 2018).

Figura 7: Márcio Carvalho e Joaquim Santana, 2018 (Fonte: Acervo do autor, 2018).

Figura 8: Márcio Carvalho e Joaquim Santana, 2018 (Fonte: Acervo do autor, 2018).

2.1. Quiosque: o lugar do lugar

O quiosque onde Seu Joaquim trabalhou por mais de meio século era localizado entre duas grandes árvores uma delas plantada por ele mesmo. “Eram dois, um morreu. O primeiro morreu a prefeitura mandou tirar. Madeira de lei, ninguém conhece essa madeira aqui. Isso aqui antigamente era cerrado e usado em obras, móveis… Isso aqui eu que plantei, era dois. Um era ali e o cupim veio aí a prefeitura veio e tirou ele” (JOAQUIM SANTANA, 20 JULHO DE 2018), lembra ele ao se aproximar de uma das árvores. O quiosque de cor amarelada com vermelho na parte do teto possuía marcas do tempo. Era de características simples sem preocupação estética, não possuía divisão interna sendo composto de um único vão onde dentro eram organizadas mercadorias expostas para vendas (guloseimas, salgados, refrigerantes, caldo de cana..), além de equipamentos como refrigerador, máquina de moer cana, estufa para expor os salgados. Geograficamente situado entre o Coreto e o prédio do Centro Cultural Marieta Telles Machado paralelo ao monumento às Três Raças.



Mapa 1: Localização geográfica do quiosque, 2019 (Fonte: Autoria própria).

O mapa acima sinaliza localização do novo quiosque. O lugar de Seu Joaquim na praça é marcado por alguns fatores, o primeiro diz sobre uma presença constante de modo que tornou-se observador dos acontecimentos da Praça. O segundo fator marca a relação entre eles e os que visitam e vivem a Praça, quer seja em função do lazer, do trabalho ou até mesmo os que fazem dela lugar de moradia. Há ainda uma terceira relação que diz sobre o fluxo adquirido entre ele e os frequentadores bem como os moradores aos redor. A presença de Seu Joaquim não é somente repleta do simbólico, mas também via de narrativa histórica. Com a requalificação iniciada em 2015 Seu Joaquim foi expulso. Cinco dias foi o prazo estabelecido para que pudesse desocupar o local.

> Deu cinco dias pra gente sair daqui. Tanto que amanhã nós vamos tirar o equipamento todinho daqui de dentro. O quiosque vou ver se arrumo um caminhão *munck*[1]. Contanto que pedi pra um advogado amigo meu, que é advogado do Estado, aí ver se arruma um caminhão com a Agetop pra tirar isso aqui e levar ao menos lá pra porta de casa lá, e tá guardado lá. A gente pode vender depois. Arrumar um lugar pra por ele lá onde nois mora". (O POPULAR, 2015)

A retirada do quiosque se deu em função do processo de reforma, também chamado de requalificação, iniciado em 2016 e só entregue em 2018 de forma inconclusa. O processo foi parte de ação do Governo Federal à época, dentro do escopo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) voltado exclusivamente para cidades históricas. O programa PAC Cidades Históricas, contemplou 44 cidades pelo país atingindo um total de 20 estados da federação onde o montante previsto de investimento foi na casa dos R$ 1,6 bilhões atingindo um total de 425 obras de restaurações de edifícios e espaços públicos. No caso de Goiânia uma das obras eleitas foi a "recuperação da paisagem, do calçamento e das fontes luminosas" da Praça Cívica, atingindo um total de R$ 12,5 milhões, segundo dados disponibilizados no portal do Iphan (2013). Embora o projeto tenha sido de autoria do Governo do Estado a obra foi executada pela Prefeitura Municipal sendo coordenada pelo IPHAN.

> Vão ser investidos na obra R$ 12,5 milhões. Entre as ações previstas está a recuperação paisagística, do calçamento e das fontes luminosas,

1 Caminhão munck ou guindauto é um equipamento feito para movimentar e carregar grandes cargas, como containers e outros elementos que auxiliam na construção civil. O Caminhão Munck contém um sistema hidráulico para içamento e remoção de máquinas industriais.

> reconquistando elementos idealizados pelo urbanista Atílio Corrêa Lima, seu projetista. Também serão implantados bancos, arquibancadas, ciclovias e quiosques. A previsão é de que a obra seja concluída em dez meses. (IPHAN, 2013)

A requalificação além de marcar a retirada do quiosque sinalizou longo processo de diálogos entre Seu Joaquim e as instâncias da gestão: Governos Municipal e Estadual e Iphan.

> Quando no início da obra meu pai foi convidado a se retirar do antigo quiosque que ele tinha ali, falaram que ele só voltaria após licitação. Meu pai tá há mais de 50 anos nessa praça. Como que eles tiram meu pai e depois avisam pra ele que ele só voltaria através de licitação? Por quê pra voltar através de licitação só quem tem dinheiro. Só que dai o que aconteceu, durante esses últimos dois anos, que a praça já foi reinaugurada duas vezes eu comecei a entrar em contato com os órgãos, prefeitura, estados, através do advogado do meu pai mandando cartas. Quem estaria com a posse da chave do quiosque? Muitas secretárias responderam não ser responsáveis por essas chaves, até que eu consegui pela secretaria SEDETEC que é a antiga SEDEM (Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município) que a chave estaria de posse do engenheiro da obra. E assim ele fez, entregou as chaves. Ele me entregou as chaves só que ai quando eu cheguei lá no quiosque ele estava todo deteriorado, pichado, com o telhado cheio de água, cheio de dengue, cheio de drogas que foi onde a gente mexeu no telhado botando uma queda d'água ali para que facilitasse o escoamento da água pluvial a não possibilidade de guardar drogas e aí o Iphan vem e embarga minha obra. (MARCIO CARVALHO, 28 JULHO DE 2018)

A entrega da chave marca uma devolução do quiosque, muito embora ainda incerta, pois o processo licitatório não foi realizado. O antigo quiosque construído por Seu Joaquim havia passado por modificações de modo a conceber características "modernas". Instalado dentro de um perímetro de tombamento sua nova estética, segundo os interlocutores, parece não ter sido considerada dentro da proposta de requalificação. Modificado de lugar, apenas alguns metros, foi também refeito noutra estrutura.

> Eles fizeram o quiosque pela metade. Toda água tem que ter pra onde correr. Pode ver, aquilo lá é um cocho lá em cima (apontando). Onde a água vai cair? A água vai cair encher o cocho lá, o cano desce e cai lá dentro. Agora aí tá de um jeito que não mexeu ainda não. (JOAQUIM SANTANA, 28 JULHO DE 2018)

As críticas apresentadas ao novo quiosque o atinge na relação com demais equipamentos como também quanto no aspecto estrutural. Perfazem a estética, no entanto o enfoque maior é dado em caráter político quanto a relação sobre

responsabilidades social, civil e jurídica além de fatores que integram ações sociais dos sujeitos.

> Fizeram um quiosque que parece uma análise biônica de uma caixa de fósforo com telhado de vidro. Eu pergunto pra você: se um galho (apontando) daquele cair e eu tiver aqui embaixo, ou tiver uma mulher grávida embaixo e ela for vitimada quem é o responsável? É a prefeitura? É o Iphan? É o Estado? Ou é o concessionário? Sabe a resposta que me deram? Que seria o concessionário. Só que quem fez o projeto não foi o concessionário, foi o Iphan. (MARCIO CARVALHO, 28 JULHO DE 2018)

Assim, o atual quiosque aparece como elemento conflitante. De um lado a cobrança acompanhada do suporte temporal necessário ao patrimônio ancorada por responsabilidades e negativas, do outro o uso de um processo sistematizado na entrega do equipamento à sociedade. Um problema de políticas públicas que permeiam a relação e usos dos equipamentos públicos.

> Quando eles foram reformar a praça, o fiscal da prefeitura veio aqui me intimando para sair, ainda falou assim: “após a reforma se o senhor quiser retornar é através de licitação”. Eu ainda falei: licitação senhor é pra quem tem dinheiro pra pagar mais, é dono quem pagar mais. Pois é um desaforo, uai! Tô aqui há mais de 50 anos nessa praça aqui. Por quê que vou acompanhar licitação? Não tem licitação pra mim acompanhar não, eu tenho o direito de pegar ele e trabalhar, não desmanchar a reforma por que não pode modificar. (JOAQUIM SANTANA, 28 JULHO DE 2018)

O quiosque passou desde então a ser motivo de questionamento e imbróglio jurídico. A função primeira foi por longos anos a de comercialização de alimentos de modo a cumprir função social a de hoje peça jurídica entre o cidadão e o Estado através da autarquia do Iphan. Com a nova roupagem estéticas, que também é patrimonial, nosso interlocutor aciona os problemas existentes.

> Então quer dizer se fez um projeto que parece que foi o resto da obra, o resto do empenho, pra fazer um quiosque que eu achava que ia ter uma arquitetura um pouco mais intimista e ficou um projeto pobre. Olha a portinha pro meu pai entrar. Fizeram essa porta de entrada para um senhor de 92 anos. Meu pai a vida toda teve aqui tropeçando nas pedras, um dia quase caiu ali. Ai eu falei: pai, para de vir a obra, parece que eles não querem nossa opinião. Tanto é que fizeram do jeito deles, em nenhum momento ligaram pro meu pai e perguntaram: “Seu Joaquim, como é que era o quiosque do senhor anteriormente? Como é que o senhor gostaria que fosse o quiosque?” (MARCIO CARVALHO, 28 JULHO DE 2018)

Figura 9: Porta do autal quiosque, 2018 (Fonte: Acervo do autor, 2018).

Figura 10: Joaquim Santana em entrevista junto ao quiosque, 2018 (Fonte: Acervo do autor, 2018).

A não comunicação entre as partes contribuiu para o surgimento de crises. A obra que de um lado apresentou ignorar a experiência da usabilidade na outra extremidade pareceu prevalecer a dominâção das burocracias e saberes técnicos. A negativa ao diálogo abriu espaços para modificações na estrutura que por sua vez reforçou uma atmosfera jurídica entre os envolvidos. Os banheiros e cuidado com as funções da “coisa” pública demonstra como o espaço público obedece na atualidade a regras quanto aos possíveis usos, mas também aparece como ingerência nas

tomadas de decisões. Ao que indica, parece haver nas duas margens e, consonâncias legais não delineadas de modo a sustentar os discursos.

> Eu fiz um telhado para escoar água, não guardar mais drogas e facilitar a limpeza, foi só isso. E tirei os dois banheiros, botei apenas um banheiro por que os dois banheiros se for público tem que tá num edifício público. Eu não posso ter dois banheiros aqui sendo que o código de postura nos dar 8 metros. Eu tô simplesmente seguindo o que o código de postura autoriza. Oito metros quadrados. Se tiver um banheiro em anexo ficaria cinco metros por dois e meio. Não posso fazer mais nada, estou parado. E foi investimento próprio por que meu pai é aposentado não tem renda. Colocaram essa portinha aqui você pode empurrar ela, tá solta, foi colada com silicone meu amigo. Ela tá colada com silicone, isso aqui qualquer pessoa rompe. Não é uma porta que dar segurança a quem tem um comércio. Não no centro da cidade. Aí o espaço é muito exíguo. Como é que você vai ter uma atividade comercial aqui num espaço tão pequeno. O quiosque anterior era maior. Aí que pergunto pra você cadê a comunicação entre o Iphan que executou o projeto com a prefeitura e com o Estado? Cadê a interlocução entre as pessoas? Meu pai não saia dessa praça na época da reforma e nunca foi ouvido. Pelo contrário o engenheiro ficava irritado com meu pai queria dar uma desculpa pra tirar o meu pai da praça e construíram essa caixote de alumínio aqui, uma estrutura metálica. Que não faz nenhum tipo de contraposição com a arte decor. (MARCIO CARVALHO, 28 JULHO DE 2018)

As narrativas que vimos acionam por diversas vezes o quiosque como um lugar repleto de significação da história da Praça, mas acima de tudo para história de Seu Joaquim e da sua família, especialmente seu filho Márcio. Marc Augé (1992) vai tratar sobre a ideia de não lugares como sendo espaços transitórios que não possuem significados suficientes para serem identificados como lugar. No caso, se olhado de uma perspectiva analitica e humana, o quiosque não é só um lugar na Praça, mas é o lugar de significação e de onde podemos obter informações e respostas que em outros lugares talvez não seria possível. Mas, do ponto de vista da gestão, até mesmo pelo trato dado na substituição aparece como não lugar vazio em significados, importância e humanidade.

3. CONSTRUÇÃO DOS DADOS

3.1. Caminhos da pesquisa

Os caminhos que atravessam essa pesquisa são cheios de contrastes identificados no chão da Praça e fortalecidos no encontro de memórias, ou no despertar delas, em pessoas que por algum motivo ousaram contribuir colocando suas vivências como ingredientes na análise sócio-antropológica aqui pretendida.

Muitas pessoas compõem este trabalho de autoria compartilhada. O processo de escrita etnográfica nunca é somente a voz de quem escreve, é sobretudo as polifônicas vozes de todos os envolvidos. Situação que empurra o etnógrafo para um lugar de experiências em que a tentativa de neutralidade se faz improvável. Os interlocutores aparecem no lugar de produção de conhecimentos e são imprescindíveis, rompendo com a assimetria que costumeiramente ronda as relações entre pesquisador e “pesquisados”. Cada pessoa, cada prédio, cada monumento, cada canto, cada pedra ao longo do caminho, os próprios caminhos, cada passo dado, tudo devidamente anotado no caderno de campo.

Para uma boa concepção científica, penso ser necessário que as relações humanas sejam parte da construção, e para isso, visto que na antropologia tratamos da subjetividade, faz-se imprescindivel que haja redefinição do nexo existente entre ‘sujeito’ e ‘objeto’. Nesse contexto é mais interessante falar em interlocutor e pesquisador, cenário imprevisível para o antropólogo.

A antropologia é uma ciência que permite olhar o outro, de forma a exercitar a alteridade, como também observar a “cultura” das coisas e dos objetos, de modo a analisar a relação com o espaço do qual fazem parte. É nesse contexto que a cultura passa a ser entendida como texto que é derivado de uma escrita, ou, como prefere Geertz (1978; p. 20), de uma “descrição densa” sobre um povo não necessariamente distinto de você, mas em exercício de alteridade na incansável, e às vezes em vão, tentativa do distanciamento. Essa forma de observação e escrita sobre a cultura é o que o autor denomina de etnografia, ou seja, a tentativa de leitura e compreensão através da observação da cultura em que o comportamento,

documentos, textos, sons, imagens, signos, símbolos, passam a ser manuscritos estranho a quem observa de forma a valorizar os sinais, a identificação de códigos a partir dos ‘nativos’ visando torná-los decifráveis. E é no campo, nas relações construídas, que essa afirmação se materializa.

Neste trabalho a descrição busca ser tradutora de vivências do presente em relação com fatos passados, muitos deles históricos, alguns pouco conhecidos, mas cheios de sentidos na relação entre o espaço tombado e as narrativas da cidade nos seus “tempos” e “formas”. A Praça Cívica atribuída de sentidos, na tradução dos seus signos, fez-se via interlocutora fundamental na compreensão do nexo entre o discurso da materialidade monumental do patrimônio e sua conexão geográfica espacial com as falas das imaterialidades nos seus vários discursos. Categorias que embora pareçam dicotômicas, são complementares em termos de interpretação e tradução.

Os períodos de campos foram vários, propriamente dito aconteceu entre janeiro e junho de 2018, no entanto atravessados por vivências anteriores que tive na cidade com constantes visitas à Praça Cívica. Experiências permeadas por divagações pelo simples prazer do *flâneur* despido de valores pessoais de forma que as vezes um local aparentemente vazios e em silêncio se apresentavam sempre cheio de informações.

Estar em campo significou dar sentido reflexivo aos aportes teóricos acessados em sala de aula durante graduação e pós, quando esses não eram suficientes outros foram sendo acessados. A escrita ganhou forma a partir das entrevistas, do acesso aos documentos em fontes variadas, pesquisas em vídeos e imagens, decupagem de material e incontáveis visitas à Praça e seus espaços especialmente Museu da Imagem e Som (MIS), Museu Zoroastro Artiaga, Biblioteca Pio Vargas, Cine Cultura.

O objetivo é delinear uma linha teórica, que exige organização lógica para a conexão das análises e apresentação do texto, na tentativa de um percurso cronológico, marcação dos lugares e acima de tudo linha histórica de acontecimentos. Fugirá disso quando for necessário compor uma análise mais dinâmica que atravessam esses marcos.

A metodologia aqui aplicada, visa um caráter de fluidez, ao passo que entendemos a mesma como um processo que precisa estar à disposição da pesquisa. Uma escrita dada no caminhar dos passos teóricos sem perder a sensibilidade necessária que a escrita etnográfica exige e permite.

A força do patrimônio, ou da sua contestação, esteve presente durante a pesquisa, nada novo considerando um espaço construído e estabelecido nesse discurso, sobretudo na ideia de tombamento. A pesquisa no campo foi sendo apropriada com visitas em vários períodos - dia, noite, tarde - em diferentes dias da semana - domingos e feriados - de modo a observar a sazonalidade social do espaço na relação com as pessoas, com isso categorias iam aparecendo de modo a redesenhar o escopo metodológico.

As idas ao campo podem ser divididas em três momentos: num primeiro um contato mais de participação como cidadão vivendo a cidade nos acontecimentos ali proporcionados focado no escopo espacial da pesquisa. Experienciei o uso dos vários espaços internos disponíveis. Frequentando o Cine Cultura pude participar do contato com um público muito específico, os apreciadores da sétima arte, pessoas que procuram o espaço de forma muito direta. Entram, assistem aos filmes e vão embora. Exceto em momentos de mostras em que outras ações como debates, permitem outros tipos de vivências. Pude ainda, buscar aproximação com os frequentadores dos museus (que são dois) e bibliotecas ali existentes, que também parecem ter buscas específicas, entram, fazem uso e depois se distanciam. Com essas pessoas tive falas muito pontuais e pude notar que há poucas relações criadas entre elas e a leitura desses lugares com relação às leituras patrimoniais possíveis. No entanto, os contatos com esses interlocutores de frequência pontual, servirão como base para a construção do caráter de usabilidade do espaço.

O segundo momento marca a relação com a sazonalidade do espaço com as festas e outros eventos que transformam a Praça em palco. Pude perceber que há nessas ações um redesenho das funções, de modo que faz acontecer outra frequência de pessoas e o que contribui com divisão do público em grupos muito específicos buscando a Praça com finalidades determinadas. Destaca-se as festas religiosas (principalmente de caráter protestante e católico romano), além das várias manifestações de cunho mais político como ocorrência de movimentação contra

aumento da tarifa de ônibus. O contato com interlocutores embora parecidos com os da primeira fase é um pouco diferente, visto que a Praça para esses não é exatamente equipamento de lazer e muito menos de contornos patrimoniais, mas um espaço estratégico de convergência para eventos que a eles interessam.

O terceiro e último momento, tem a ver com a vivência da Praça em seu caráter externo com relação aos usuários que cotidianamente vivenciam a experiência com o espaço e também com os visitantes. Momento em que aconteceu entrevistas mais aprofundadas, realização de fotografias autorais utilizadas como narrativas visuais, e a aproximação com os diferentes interlocutores que apresentam reflexões sobre o espaço e suas formas. Foi também no campo que "os imponderáveis da vida real", expressão que tomo emprestada de Malinowski (1978), apareceram de modo a mudar rumos inicialmente pensados para o trabalho: conheci o senhor Joaquim Santana e a partir desse lampejo a dinâmica precisou ser adaptada, pois a descoberta rumava os caminhos para outras direções.

Seu Joaquim Santana, fortalecido pela voz do seu filho Mácrio Carvalho, aparece como voz ativa de um espaço patrimonializado. Apresenta-se com suas memórias vividas na Praça onde esteve presente por mais de meio século e ainda se faz sempre presente, agora de outras formas, obedecendo aos limites estabelecidos pela burocracia estatal e aos que foram impostos pela idade já avançada. Os imponderáveis aparecem de modo a valorizar o trabalho do antropólogo, diante disso reconheço a importância discursiva que esses interlocutores apresentam. Aponto também a necessidade de abordar a memória como categoria analitica necessária nesse recorte epistemico.

> É este contraste, estas surpresas sempre à espreita dos pesquisadores, este destemor em explorar o mundo em que vivemos o colocar-se em perspectiva, a negação de demarcação de fronteiras intelectuais, a disposição a nos expor ao imponderável e a vulnerar nossa própria cosmologia – essas são posturas que estiveram sempre presentes, ontem e hoje. Elas tanto enriquecem a antropologia quanto permitem vislumbrar um futuro sempre criativo: "enquanto as maneiras de ser ou de agir de certos homens forem problemas para outros, haverá lugar para uma reflexão sobre essas diferenças que, de forma sempre renovada, continuará a ser o domínio da antropologia", disse Lévi-Strauss (1962; p. 26) em um momento feliz. (PEIRANO, 2014; p. 382)

A antropologia é uma ciência tomada pela dinâmica que se dá no campo e de lá se materializa na escrita. Não existe um modelo de fazer etnografia. Etnografia

não é um protocolo, o que existem são embasamentos teóricos que contribuem de acordo com a necessidade do pesquisador que embasado por teorias, na relação com o campo, define formato de escrita e maneira de apresentação. DaMatta (1991) no título do terceiro capítulo do livro *Relativizando uma introdução à antropologia social* vai dizer que existe *Antropologias e Antropologia*, parafraseando, afirmo que existem etnografias e etnografia. Para o mesmo autor “o estudo da Antropologia Social será sempre o estudo das diferenças, plano efetivo e concreto em que a chamada humanidade se realizar e torna-se visível (DA MATTA, 1991; p. 34). Não há paradigma na construção etnográfica aqui pretendida, busco pois, atenção às categorias e escutas das sutilezas que me foram dadas no exercício da prática.

Na construção dessa perspectiva transcritiva e de análise, o diário de campo tornou-se elemento primordial para os registros. As entrevistas semiestruturadas foram fluídas de forma a atender a perspectiva da abordagem com suas peculiaridades. Em se tratando de relações pessoais fica difícil, se é que seja necessário, delimitar milimetricamente onde começa ou termina as aplicações metodológicas. Se por um lado fui ao campo, no outro o campo veio a mim diversas vezes, por exemplo, ao receber telefonemas tratando de algum assunto que os interlocutores consideravam necessário partilhar para meu conhecimento. Fui me colocando nesse entre lugar de pesquisador e participante do quadro pesquisado, através da observação participante, vivendo e experienciando o campo.

3**.2. Tensionamentos conceituais: entre histórias e memórias**

Sabemos sobre a Praça Cívica pelas vivências pessoais, por estudos já realizados ou pelo que diz a historiografia. Chimamanda Adichie (2009) sinaliza para o perigo da história única. Toda história contém várias outras histórias, ou pelo menos variações de uma mesma história e isso pode ressignificar substancialmente a compreensão dos fatos. Teríamos outras narrativas se as histórias de exploração fossem contadas de outro ponto de vista que não o dos colonizadores. Quem sabe haveriam índios guerreiros no panteão da nossa pátria.

As histórias da Praça Cívica passam a ser revisitadas, neste trabalho, através das memórias de personagens que participaram de sua construção, de modo muito especial a pessoa de Seu Joaquim Santana, considerando pois a relação dessas memórias com os processo de patrimonialização. Caminhos, histórias e memórias são categorias que propiciam compreensões das tensões existentes no patrimônio. Como afirma Tamaso (2012) a tomada de uma consciência patrimonial está atravessada pela relação existente entre acontecimentos históricos e memórias carregadas de experiências entre os indivíduos e os lugares.

Para Tamaso (2012; p. 25), “a formação de uma consciência patrimonial se dá em meio a um processo identitário - nação, lugar, grupo social, étnico, acontecimento histórico”, acrescento aqui o pertencimento como conquista de lugar num espaço de negativas. Pontuo, nessa abordagem, questionamento direcional no sentido de buscar compreender o discurso patrimonial dominante focado na materialidade e como ele parece negar a presença da imaterialidade concebida no aspecto humano, social e político não partidário. A aplicação do patrimônio, pensando em seu aspecto oficial, parece-me historicamente político. Caberia retornar ao recorte histórico como narrativa, porém já existe pesquisas que tratam do tema sob essa abordagem, busco então considerar indiretamente, pois dialogam com a localização temporal, histórica e política da pesquisa.

O processo de construção de uma identidade patrimonial é atravessado por várias representações e vozes. No caso deste estudo, consta-se uma representação que foi construída pelas elites mediante agenciamento do Estado que atua através do principal órgão do patrimônio no país que é o Iphan. Fundada em 1933, tombada pelo Iphan em 2013, a Praça Cívica leva o nome do interventor que posteriormente se tornou governador, Pedro Ludovico Teixeira, pioneiro no processo de transferência da capital. Considerada marco inicial de Goiânia, compõe o conjunto urbano que inclui 22 edifícios e monumentos públicos – a maioria dentro e alguns em seu entorno. É, por si só, um monumento a céu aberto devotado à memória política da nova capital do Estado atendendo a uma narrativa patrimonial oficializada e patrocinada por um governo à época com a proposta de ‘ocupação’ da região central do Brasil realizado através da Marcha para o Oeste (SOUZA, 2002).

Como respaldo dessa ação, na Praça constam elementos materiais que dialogam com vários acontecimentos da época, destaca-se, como já informado, amplo elemento *Art Déco* transmitindo em seus prédios sinais de modernidade de um Brasil em exploração, justificativa preponderante no processo de tombamento. Para Pereira (2019), “a filha mais moça e bonita do Brasil”, Goiânia surgiu amparada na ideia de monumentalidade apoiada num estilo em voga naquele momento. A Praça é um cartão postal que evidencia esse olhar. No entanto é também categoria de análise que pautada na ideia de patrimônio apresenta discursos que aqui aparecem questionados por alguns dos interlocutores, é sobretudo espaço de representações. Bourdieu (1983) aborda a noção de representação e como ela está relacionada com uma estrutura representativa de relações existentes na disputa por interesses de grupos, destacando a intencionalidade presente em cada política de tombamento e registro.

No entanto, o escopo com suas representações transborda o seguinte questionamento: como a negativa patrimonial utilizada em seus aspectos formalistas excluem sujeitos que em suas vivências temporais e de presença física constante faz se elemento patrimonial?

O espaço urbano é palco de diversos atores e ao mesmo tempo, dicotomicamente, é lugar da particularidade de agrupamentos sociais e de construção de identidades, problema que orbita na esfera das políticas patrimoniais no Brasil desde a época dos primeiros passos dados pelo Iphan na concepção de suas ações. Parece caber nessa atmosfera uma reorganização dos sujeitos na relação com o patrimonializado. Necessário, pois perspectivar a Praça em seu contexto de zona pública na relação de deslocamentos entre as pessoas e os vários espaços.

3.3. Interfaces da memória

Goiânia contribuiu para que pudesse viver uma experiência de estudo no qual a própria cidade fosse o campo de investigação, esse tipo de estudo ampliou meu repertório antropológico sobre as vivências urbanas. Para Velho (2003; p. 11) “a

cidade é em grande parte responsável por essa expansão, à medida que os antropólogos crescentemente identificam e constroem objetos de investigação no meio urbano" é o que chama de antropologia da e na cidade. Estudar a cidade é lançar um olhar externo atravessado por questões que parecem já bem resolvidas aos que são do pedaço (MAGNANI, 2002), mas que aos de fora, como eu, apresentava em grandes interrogações. Como explicar que um espaço público requalificado na proposta de devolução para a população pudesse ser reclamado exatamente pela não devolução?

Dentro desse enquadramento, a partir de lugares diferentes, pude concluir que o olhar de fora permite acessar outros lugares ainda pouco explorados. Sensível a participação dos "nativos", considero importante ouvir as vozes, ao que tudo indica, silenciadas pelos processos burocratizantes das políticas patrimoniais, a melhor forma de escutá-los foi indo ao encontro. Nesse contexto, o principal interlocutor, aparece como maneira de fazer presente uma voz testemunha da história, e de muitas estórias. Embora já bastante abalada pelo avançar da idade, insistente na presença e ocupação de um espaço que também reivindica como seu lugar.

Os espaços patrimonializados estão sujeitos a espólios que referendam valores na relação e readequação dos seus usos. Canclini (1997, 1994) é crítico da ideia de patrimonialização tal qual como é empregada em alguns processos, principalmente os que envolvem a categorização de materialidades, pois ainda não compreendem o intrínseco encadeamento dos sujeitos sociais na relação do espaço com suas corporeidades marginalizadas. É o que parece ter ocorrido um pouco com o espaço da Praça Cívica e que Castells (2012; p. 22) vai chamar de *gentrification*.

O processo de gentrificação (ou enobrecimento) generalizado em áreas degradadas em nossas cidades – é uma prática conhecida por ações desenvolvidas nas políticas públicas em conivência ou com fronteiras pouco nítidas com as forças do capital privado. […] As revitalizações podem ser feitas tanto em centros históricos, ruas, bairros tradicionais, até na realização de benfeitorias em áreas periféricas, cumprindo, às vezes, o papel de "higienizador" dessas mesmas áreas. E, quase todo processo de tombamento encontra formas de "limpezas" em sua relação visual. Esse conceito ajuda a pensar como ações patrimoniais contribuem para

negativa de valores culturais de determinados grupos ou sujeitos. Permite ainda discutir os agenciamentos do local e seus frequentadores - quer seja os temporários ou os que ali permaneceram por algum motivo. Como destacar desse espaço monumental a escuta de vozes que ao que tudo indica foram silenciadas, embora se apresenta impositiva, e “expulsa” pelo discurso de devolução ao povo e do rompimento do ostracismo no espaço público?

Dentro da Praça, além dos elementos de monumentalidade material (prédios, bustos, fontes…), temos a presença humana em relação a redes de diálogos, teias de conectividades. O humano como sujeito social ativo que ressignifica o espaço valorando-o conforme seus objetivos e funcionalidade. Há nesse contexto o surgimentos de discursos em contraposição com as políticas aplicadas e desenvolvidas ao longo dos anos de modo especial no processo de requalificação.

Problematizando o patrimônio, Canclini (1994) vai dizer que “os patrimônios criam vínculos entre os cidadãos por fazerem referência aos símbolos que são representativos da coletividade, ou bens coletivo”. O sociólogo alemão Leo Löwenthal (1998) corrobora na compreensão do conceito de patrimônio ao dizer o que não é patrimônio. Para ele não é

> um relato plausível e testável de algum passado, mas a declaração de fé no passado. Os críticos indicam o patrimônio como sendo uma imitação grotesca, uma paródia ou caricatura da história. Mas o patrimônio não é história, mesmo quando ele imita a história. Ele usa os traços e as narrativas históricas, mas estas narrativas e traços são poetizados em fábulas, lendas e ficções que não são nunca abertas a análises críticas e nem ao escrutínio comparativo (LOWENTHAL, 1998b, p. 121).

Esses recortes ajuda-nos na compreensão do conceito de patrimônio de modo que não deixa de fora as narrativas históricas não institucionais. Interessa nos associar tal definição a perspectiva de memória estudada por Ecléa Bosi (1979), pesquisadora reconhecida internacionalmente pelo trabalho desenvolvido com memórias de velhos na cidade de São Paulo, através do livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos,* trabalho sensível e respeitoso no qual a pessoa do idoso é tomada com o objetivo de promovê-la e nunca de utilizá-la para seus próprios objetivos. Nesse sentido, permite a tomada do conceito de patrimônio equivalente a garantia do conceito constitucional de cidadania dos sujeitos políticos que Lima Filho (2016, p. 139) vai definir como

> a capacidade operativa dotada de alto poder de elasticidade de ação social por parte de grupos sociais e étnicos, em suas dimensões coletivas ou individualizadas de construir estratégias de interação (de adesão à resistência/negação) com as políticas patrimoniais tanto no âmbito internacional, nacional ou local, a fim de marcar preponderadamente um campo construtivo identitário, pelo alinhamento dos iguais ou pela radicalidade da diferença.

É nessa configuração que patrimônio como força de tombamento aparece estrategicamente nos discurso dos interlocutores, mas é também dentro dessa mesma dinâmica que em alguns momentos veremos a negação estratégica dessa ação aqui colocada no acionamento dos discursos através das memórias. A cidadania patrimonial, vista a partir dessa referência operacionalizada pela ideia de agência (GIDDENS, 2009) permite assumir ou negar a partir de conveniências pessoais e de grupo, de modo a apropriar ou contestar o conceito a partir de operacionalidades conceituais e epistemológicas. Patrimônio operacionaliza lugares que revestidos do simbólico torna-se na relação com o sujeito o que Pierre Nora (1985) define como lugar de memória que segundo o autor:

> São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma áurea simbólica. Mesmo um lugar meramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece um exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto a noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1985, p.21)

Nas ciência sociais a memória é contemplada como elemento de estudo levando em consideração os quadros sociais (HALBWACHS, 2006). Não se atém a ela somente como fruto do pensamento abstrato, mas em sua relação com acontecimentos reais de modo a valorizar experiências pretéritas na relação com o presente e os espaços valorados. Não é também uma forma de reviver o passado, o que é impossível, mas a prática de reconstrução a partir de narrativas fixadas nas lembranças que passam a reconfigurar o presente. A memória é um construto social

de vivências de cidadãos aptos a relacioná-la em tempo presente, tem pois uma função social, e o velho, pela sua larga escala de vida, torna-se pessoa indicada para acionar a função social do lembrar.

Tomando a memória no campo da pesquisa, faz-se necessário contemplá-la em seu aspecto social, como bem fez Maurice Halbwachs (2006) em seus estudos sobre o tema. Esse teórico desenvolveu pesquisas tomando a memória enquanto dimensão analitica. Para ele existe a dimensão individual e a coletiva. A individual, perpassa a faculdade de armazenamento de informações. No entanto a existência das memórias de um determinado indivíduo depende da existência de memórias de grupos diferentes que ele tenha participado ou sofrido interferências, é o que o autor denomina de memórias coletivas. Existe um lastro conectivo entre essas duas categorias operacionais assinaladas. O elo conectivo é realizado pelas vivências sociais dos indivíduos que participam dos dois tipos de memórias na medida em que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

As lembranças individuais compreendem a interação com a sociedade, as memórias individuais se valem das memórias de outros. E o lembrar está sujeito a estímulos que perpassam experiências marcantes. Para o autor “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p. 30). As particularidades das lembranças no entanto, segundo o mesmo autor, perpassa um estado de consciência individual em que mesmo fazendo parte de um grupo o indivíduo consegue discernir os aspectos do seu próprio passado, “na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual” (HALBWACHS, 2006, p. 42).

O conceito de memória tem sido ainda objeto de estudos em muitas áreas sendo tomado por análises de vários estudiosos. Henri Bergson (1999) no seu livro intitulado *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito* trata sobre o tema. Para ele a memória é tomada como fenômeno responsável por uma reformulação do passado no presente, "ela prolonga o passado no presente" (BERGSON, 2006, p.247) e "é do presente que parte o apelo ao qual a lembrança

responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida" (BERGSON, 2006, p. 179). Para ele, existem duas memórias dissemelhantes, que são a memória hábito e regressiva (2006, p.89-90) ou espontânea (2006, p.93), responsável pelas imagens e lembranças.

Ecléa Bosi (1979) na já citada obra *Memória e sociedade*, dialoga com essas deduções, faz uma abordagem bergsoniana, toma a memória em seu estado de consciência potencial latente de forma a intercalar o passado no presente. Esse recorte temporal apresenta-se como tábua de registro no qual a história se desenrola e também se esconde. Descortina-se em seu aspecto revelador no restabelecimento de experiências vividas.

Em contraponto ao conceito de Bergson, que limita o estudo da memória na perspectiva do tempo linear em que passado e presente se desenrolam em linha temporal, Bachelard (1994) no livro *A dialética da duração,* vai problematizar o conceito de descontinuidade contrapondo a abordagem bergsiana ao considerar que a memória é afetada pelo tempo de modo que a experiência do instante afeta pela sua realidade perceptiva do tempo. Enquanto no bergsonismo se nega a continuidade, que pode ser considerada como característica do psiquismo, no entanto não pode ser percebida como acabada visto ser preciso reconstruí-la. Para Bachelard (2010) Bergson desconsidera a realidade do presente ao se tratar da memória sendo que essa, segundo o autor, “corresponde a uma consciência mais direta do tempo” (BACHELARD, 2010, p.43). Há na relação entre tempo e lembrança uma reconfiguração das memórias. Para Bachelard (2010, p. 43) “o problema do tempo muda de sentido a partir do momento que considerarmos a construção do tempo a partir do instante”.

Bergson ao evidenciar o tempo contínuo coloca numa mesma concepção a linearidade da consciência psicológica, para ele a vida é dessa essência. No entanto, o psicológico desconsidera, segundo Bachelard (1994), a continuidade temporal, para ele a memória perpassa experiência de vivências singulares que alcançam o sensível dos indivíduos. A respeito dessa ligação descontinuada entre o tempo experienciado e a memória, Bachelard (1994, p.38) nos diz: “[...] para ter a impressão de que duramos – impressão sempre singularmente imprecisa – precisamos substituir nossas recordações, como os acontecimentos reais, num meio

de esperança e inquietação, numa ondulação dialética". Essa concepção abarca o conceito de memória como um acúmulo experiencial entre passado, presente e futuro, de modo que as experiências pessoais passam a compor os intervalos da memória e até mesmo os vazios existentes entre a consciência e o inconsciente. Utilizando dessa premissa, Bachelard (1994, p.51) vai dizer que: "[...] a recordação é uma coisa difícil, não é uma coisa dada. [...] Parece-nos que uma psicologia mais completa deveria sublinhar as condições racionais ou ocasionais do retorno ao passado".

A narrativa do passado atinge o plano da memória e da história projetando um fato ou acontecimento para compreensão no tempo presente. Atinge esse percurso, assim como a lembrança, a estratégica ou até mesmo inevitável negativa da lembrança que tanto pode ser resultado de uma mente cansada ou fruto da seletividade consciente ou inconsciente sobre o fato que deseja falar. Ao tratar sobre o tema no livro *A Memória, a história e o esquecimento (2007)*, exímia obra do filósofo Paul Ricoeur, o autor coloca a memória e também o esquecimento como níveis intermediários entre a experiência humana do indivíduo e a prática da narrativa concebida pelo sujeito. Ao apresentar reflexões acerca da problemática do esquecimento que aparece como uma ameaça a tentativa de representação do passado, o autor elabora "fenomenologia da memória". Sobre memória e esquecimento o autor vai dizer que a memória é um dos poderes do "homem capaz" e o que esquecimento vincula-se então como uma ameaça aos propósitos da memória de modo a apresentar a falibilidade humana o que seria o "homem falível". Portanto, a partir do itinerário filosófico ricoeuriano, memória e lembrança vinculam-se como elementos permeados, dentro de uma etnografia, de ações políticas estratégicas difíceis de serem mensuradas quanto a sua exploração e uso, duas perguntas apresentadas pelo autor, cabem aqui: "De que há lembrança?" e "De quem é a memória?" (cf. RICOEUR, 2000, p.3). As problemáticas das memórias são então caminhos metodológicos a serem considerados nas abordagens aqui apresentadas.

Segundo William Stern "a lembrança é a história da pessoa e seu mundo, enquanto vivenciada" (apud BOSI, 1994, p. 68). Scheibe (1995), ao comentar a obra de Bosi (1994), vai afirmar que a autora "apresenta o raro espetáculo no qual a

psicóloga simplesmente se entrega ao material que colheu de um modo especial: não o submete a si, de maneira alguma; em vez disso, o investe da mais elevada dignidade humana” (SCHEIBE, 1995, p. 140).

É nessa mesma abordagem que todo o trabalho em campo relacionado às memórias do Seu Joaquim, é tomado no mais absoluto respeito em seu caráter social, sendo relacionado com a perspectiva patrimonial perpassando o conceito de lugar de memória (NORA, 1996). O patrimônio seria um lugar de memória e não a própria memória, conceito que operacionado condensa muitos sentidos materiais, simbólicos e funcionais.

Assim como Bosi (1979), na experiência dessa construção etnográfica, não apenas colhi memórias de velho, busquei acima de tudo, permitir um exercício hermenêutico a partir das narrativas do Seu Joaquim, que fala ao mesmo tempo de si, da alteridade e dos fluxos que atravessam a cidade de Goiânia numa ciranda temporal que dá sentido ao espaço vivido e referencial de sua existência.

A partir de Bosi (1979), ouso afirmar que no caso dos idosos há uma inevitável expressividade narrativa, pude também presenciar isso na prática do campo. A impressão de que o que era dito naquele momento, apesar do instante, estava engasgado como uma palavra atravessada na garganta. Afinal pareciam memórias apresentadas em forma de protesto e cobrança e que ao mesmo tempo não deixava de ter uma carga poética, dramática e tocante por ser uma narrativa despretensiosa em termos de formatação estética. Sendo assim a Praça Cívica transmuta de espaço para um lugar de memória social. Acentua aqui direcionamento dado no segundo capítulo do livro *Memórias de Velhos*, é *Tempo de Lembrar*, a lembrança apareceu como um dispositivo político social e de Acionamentos de direitos.

Bosi (1979), por meio de entrevistas profundas realizadas com oito pessoas idosas, todas elas tendo em comum a idade e a vivência da infância em São Paulo, todas com mais de 70 anos, consegue revisitar a história da memória social dos entrevistados. Considerando ser um senhor o principal interlocutor pelo qual passa o conflito patrimonial é que a partir da abordagem feita por Bosi as memórias serão apropriadas na pesquisa. O velho aqui não é utilizado em caráter pejorativo, muito pelo contrário, aparece como sinônimo de sabedoria tal qual em muitas

comunidades ditas “primitivas”, são como bibliotecas viva da história. Seu Joaquim é essa pessoa nas memórias da Praça, testemunha viva de fatos e acontecimentos que talvez só ele tenha visto, e através de suas lembranças aponta uma memória que é social e também patrimonial.

A memória tomada em sua perspectiva altruísta, se não escrita, fará parte da efêmera lembrança humana, apagará com o tempo. Apesar de que fazemos parte de uma sociedade altamente tecnológica, nem tudo ainda foi registrado e talvez nunca seja, há muito pra se contar e eu considero importante parar e ouvir.

3.4. Cidade, pesquisas e arquivos

Segundo Cunha (2005) “o arquivo é campo permeado por sujeitos, práticas e relações suscetíveis à análise e à experimentação antropológica”, há nesse contexto dois discursos dominantes sobre a Praça Cívica, o primeiro em valoração da monumentalidade diz sobre a imponência do espaço em análise dos seus prédios, refletindo aspectos arquitetônicos tendo a *art déco* como elemento analítico, sobre o qual podemos citar exemplos como: *O Art Déco na obra Getulina moderno antes do modernismo* (REIS, 2014); Goiânia art déco como símbolo de modernidade (PIXO, 2018); *O Art Déco e a política modernizadora na fundação de Goiânia* (COELHO, 2002); *Formas e tempos da cidade* (LIMA FILHO, Manuel F.; MACHADO, L. A. (Org.)); *Goiânia art déco: acervo arquitetônico e urbanístico* (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO, 2010); *Moderno e modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia* (MELLO, 1996) entre outros.

O segundo discurso considera relevância dos aspectos históricos, tomam a Praça como campo de análise e a concebe com a gênese da cidade. Neste item podemos citar os seguintes trabalhos já sistematizados: *A construção de Goiânia e a transferência da capital* (CHAUL, 1999); *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade* (CHAUL, 2010); *Goiânia: uma concepção urbana moderna e contemporânea – um certo olhar* (MANSO, 2001); *Descobrindo Goiânia – caderno didático de estudos sociais 3ª série* (MASCARENHAS, 1992); *Imagens e Mudança Cultural em Goiânia* (OLIVEIRA, 1999); *Goiânia, filha mais*

moça e bonita do Brasil (PEREIRA,2002); *Batismo Cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos de Marcha para o Oeste* (SOUZA, 2002); *"A história não perdoa os fracos": o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira* (SOUZA, 2015), dentre outros.

Os estudos acima versan sobre aspectos importantes, porém o objetivo nesse trabalho é a abordagem que toma como referência a memória social a partir de sujeitos presentes em temporalidade como Seu Joaquim que é ao mesmo tempo guardião e registrador das histórias que envolvem a Praça enquanto arena de acontecimentos do passado que refletem ou relacionam-se com o tempo presente, espécie de *voyeur* do espaço. Ele atualmente não mora mais na Praça, no entanto, como já informado, vai ao espaço devotamente aos sábados pela manhã.

O trabalho de campo costumeiramente apresenta desafios que necessitam ser ressignificados em aprendizados. Um deles, no meu caso, considerando o principal interlocutor por se tratar de uma pessoa em idade avançada, embora lúcido e bastante culto, tem os limites físicos comprometidos apresentados pela passagem do tempo cronológico traduzido na idade. Com o passar dos anos os sentidos ficam afetados, a audição começa a dar os primeiros sinais de limitação, a mente costuma cambalear. De uma forma ou de outra isso altera as manifestações das pessoas na compreensão e relação dela com o mundo. É natural que haja confusão nas datas, nos fatos narrados, nos discursos, tudo isso precisa ser examinado com respeito e sutileza, principalmente na tradução. Assim como Bosi (1979) o foco dado na interpretação não foi quanto às contradições de ideias e sim na relação entre os fatos narrados e elementos históricos que os precederam. Por isso, por parte da narrativa do interlocutor, será possível encontrar alguns desencontros de informações o que não prejudica na ação analítica do discurso.

Se trabalhamos com sujeitos humanos é fundamental saber lidar com o aspecto subjetivo de suas impressões de modo a respeitar o tempo, a sensibilidade e o fluir das lembranças. Nem toda memória é resquício de alegrias ou momentos de glórias, algumas são dramas vividos que muda a relação entre o interlocutor e o momento atual, visto que aciona um tempo passado em relação com o presente. Desse modo não é só falar, mas também reviver momentos antes escondidos nas entrelinhas da mente. Foi preciso respeitar profundamente o tempo do outro, deixar

que o não dito pudesse aparecer como informação ao tempo que o dito fosse fruto da espontaneidade. Não consubstanciou no entanto abordagem psicológica das memórias, o objetivo no entanot era as memórias sociais que fossem espontâneas e fluídas ao longo das entrevistas que depois de horas já tinham mais características de bate papo na fluidez de um gravador ligado.

A tentativa por uma interação mais profunda foi resultado da máxima popular de que é preciso dar tempo ao tempo. Cultivar a paciência e esperar o momento adequado para cada pergunta ou a 'deixa' para entrar com provocação de forma a deixá-lo livre e à vontade para apresentar suas memórias sem ferir a intimidade dos seus sentimentos. Esse respeito colheu a construção de vínculos de proximidade não só com o Seu Joaquim, mas também com Márcio Carvalho um dos seus filhos e como vimos também interlocutor neste trabalho. Márcio atuou como um 'tradutor' para mim, já para o pai uma espécie de aporte da memória, era a ele que recorria sempre que algum fato lhe fugia da mente, principalmente datas.

Nasceu contudo uma rede de solidariedade. Do meu lado a necessidade da escuta e do outro a notável busca por ser escutado. Era como se eu estivesse na frente de uma pessoa que aguardou mais de 50 anos para poder se expressar na certeza de que poderia ser escutado. Tinha a sensação de estar sendo ali uma espécie de tribuna informal.

3.5. Espaço e lugar: conceituação antropológica

Existe um jogo dinâmico a partir de acontecimentos marcados em momentos densamente políticos, propícios a questionamentos e dinamizados em acontecimentos na relação geográfica. O espaço é um conceito basilar dentro da antropologia para qualquer objeto de pesquisa, esse pode ser tanto físico quanto subjetivo. Aqui é tomado em sua concepção valorativa, o lugar como objeto de análise, por tanto a Praça Cívica vista como uma categoria analítica. O espaço como uma representação, uma realidade social que envolve os sujeitos sociais. O lugar valorado, experienciado. O espaço como regulador de nossa percepção mental, como sinalizador de disfunções sociais que atingem os sujeitos relacionados. Por

isso, a Praça passa a ser esse lugar de partida para análise. O lugar em que nos interessa as relações estabelecidas e como foram assim construídas. A Praça como o lugar antropológico, social, relacional, identitário (AUGÈ, 1994).

O espaço público nas cidades contemporâneas é também estabelecido como campo de trocas e práticas sociais acessadas por diferentes sujeitos, locus de sensações, percepções e práticas sociais. As vivências dessas práticas altera a percepção valorativa dos espaços transformando seu sentido. O lugar aparece como fruto das relações sociais e é entendido por alguns autores como espaço concebido de valoração. A partir dessa interpretação destaco Agier (1995) e Tuan (1983).

Para Tuan (1983, p.151) “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significação” sugere para tanto escalas e intensidades diferentes considerando interações sociais e acontecimentos históricos. Já Agier (1995) contribui com essa abordagem ao assinalar a necessidade de compreensão das fronteiras identitárias para aplicação do conceito de lugar. Pois, para ele, a significação de lugar é dada pela ocupação que os sujeitos realizam no espaço.

> A transformação dos espaços urbanos em fronteiras identitárias, mesmo em sua forma mais completa, a do bairro étnico, é sempre fundada sob olhares cruzados que põem em jogo diferenças de gostos, de estilos de vida e de comportamentos. O conjunto desses critérios resulta de uma configuração global de valores morais à escala da cidade (AGIER, 2011 [2009], p. 71).

Segundo Callai (2000, p. 107), “em um tempo que se fala tanto em globalização, a questão do lugar assume contornos importantes, pois é em lugares determinados, específicos, que este processo se concretiza”. Especialmente para antropologia a diferença conceitual entre lugar e espaço condiciona compreensões de falas e localiza a investigação de modo que os discursos estão em relação com o local de fala de cada indivíduo e também com as relações sociais, as redes sociais existentes em suas convivências na ocupação dos espaços. Segundo Tuan (1983, p.83) as sociabilidades e identificação com o espaço o transforma em termos de significado, “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (TUAN, 1983, p.19). Há próxima relação entre espaço e lugar a começar pela experiência e tem significação diferente a partir de cada pessoa, ou seja, um mesmo espaço pode significar lugares diferentes. A depender do sujeito esse lugar então se torna mais

concreto em termo de experiência na relação com o espaço. Uma praça por exemplo pode ser para determinado sujeito lugar disponível a prática do ócio, para outro pode o chão da sua vida.

> A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno (CARLOS, 2007; p. 20).

O conceito de lugar tem sido utilizado como categoria de interpretação por vários teóricos e em diversos campos de conhecimento. Nas ciências sociais, especialmente na antropologia, aparece como categoria de compreensão de fenômenos localizados num espaçamento geográfico, marca a relação dos sujeitos e a espacialidade que ocupam, tem a ver com as presenças humanas, seus sentimentos e valores, passa por uma dinâmica pessoal que resulta-se de características históricas e culturais. A subjetividade, os vínculos afetivos, as experiências associadas ressignifica o espaço, tem pois a ver com memórias afetivas de cunho pessoal. Ferreira (2000) partilha dessa compreensão ao relacionar lugar com ações e eventos humanos ligados mais ao lado subjetivo que objetivo.

Para Santos (2006, p. 212) “os lugares são vistos como intermédio entre o mundo e o indivíduo”, elo conectivo entre vidas vivenciadas em significados conscientes na ocupação de um espaço. No lugar apresenta-se as referências pessoais, valores que contribuem para diferentes formas de construir e interpretar a paisagem geográfica. Enquanto no espaço a interpretação se dá na leitura geográfica espacial, no lugar considera a corpografia do afeto que é diferente de pessoa para pessoa.

Por tanto, os lugares relaciona-se com as concepções de memória dos sujeitos. Segundo a compreensão de Buttimer (1985, p. 178), trazidas aqui por Santos (2006),

> cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação”. Então os indivíduos são capazes de desenvolver as referências de vários lugares

> afetivos à medida que adquirem experiências em localidades espaciais diferentes em viagens ou atividades desenvolvidas diretamente. Assim o lugar também pode ser concebido enquanto memória, pois com a mobilidade, o lugar se torna como quadros de vida (SANTOS, 2006, p. 212).

O simbólico em relação com o emocional, o cultural e o biológico, é segundo Buttimer (1985, p.228) somatória de dimensões que preenchem o lugar.

> [...] essa relação de afetividade que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre em virtude de estes só se voltarem para ele munidos de interesses predeterminados, ou melhor, dotados de uma intencionalidade. Como afirma Relph (1979), os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas (LEITE, 1998, p.10).

No espaço, especialmente se patrimonializado, a geografia do poder parece estabelecida mediante regras impositivas que geralmente atendem a corporações políticas na construção de uma narrativa dominante. Já no lugar perpassa por uma cartografia que é afetiva, fruto da experiência humana em relação com os fluxos das coisas, prédios, objetos e espacialidade que ocupa. Uma árvore, um quiosque, uma prédio, um monumento, o chão da praça, tudo isso assume significados diferentes dentro dessas conceituações que aqui buscarei abordar. Faz-se necessário relacionar essas categorias de modo a compreender as redes de conexões existentes entre cidadãos, espaços e ações patrimoniais e a forma que estão operacionalizadas nos espaços da cidade na relação com seus usuários.

4. O CHÃO DA PESQUISA: GOIÂNIA EM SEUS “TEMPOS” E “FORMAS”

Chão é a metáfora da estabilidade, onde o alicerce se faz, espaço no qual os pés são firmados de forma a garantir o equilíbrio da pessoa. Identificar o local onde se pisa pode ser garantia de caminhada livre dos infortúnios ocasionados pelas indefinições do percurso a ser trilhado. A pesquisa precisa encontrar o meio termo entre conhecer os caminhos com todos seus imponderáveis e permitir ser levado pelas trilhas descobertas ao longo do caminhar. Dessa maneira é importante levantar os marcos históricos, aqui acionados na função de preenchimentos dos vácuos existentes nas informações, num trabalho que não quer ser necessariamente de ordem histórica, mas que a usa como forma de contraposição de discursos.

O nascimento de Goiânia inicia em contornos imaginários na antiga capital, Cidade de Goiás, começa a ganhar formas concretas em 1933 com o lançamento da pedra fundamental, onde hoje se localiza o fosso do elevador do Palácio das Esmeraldas, residência oficial do Governador, na Praça Cívica (MELLO, 2006). A ruptura com a Cidade de Goiás foi marcada por resistências e muito jogo político por parte de Pedro Ludovico com apoio do presidente Getúlio Vargas. No entanto, é com o batismo cultural em 1942 que a nova capital aparece em grande visibilidade no cenário nacional.

Goiânia nasce como símbolo de modernidade, parte do discurso que caminhava para o “desenvolvimento” e expansão da região central do Brasil através do movimento batizado com nome de “Marcha para o Oeste” atendendo ao chamado vocacional proferido pelo então presidente, Getúlio Vargas, na janela do palácio das Esmeraldas: “o verdadeiro sentido de brasilidade” (VARGAS, 1938 in IBGE, 1942, p.1).

Pensada para ser uma pequena capital com população inicialmente estimada em 50 mil habitantes, hoje possui mais 1,302 milhão (IBGE, 2010), tornou-se metrópole e apresenta complexidade social e orgânica de uma grande cidade. Cenário de ritmo de vida acelerado, bastante diferente do passado bucólico da antiga capital. A cidade pulsa em outras frequências bem mais agitadas, porém parece ainda apegada no seu passado um tanto quanto distante do ponto de vista

cronológico - já se passaram algumas décadas desde a fundação - muito embora próximo se observado no discurso monumental.

Considerando o tempo compreendido entre as décadas de 1940 e 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia do Brasil (IBGE, 2010), a tabela abaixo apresenta numericamente o crescimento demográfico de Goiânia.

1940	15.000 habitantes
1950	53.000 habitantes
1960	153.000 habitantes
1980	700.000 habitantes
1998	1.000,000 habitantes
2006	1.220,412 habitantes
2010	1.302,000 habitantes

Dados populacionais de Goiânia de 1940-2010. Fonte: IBGE (2010)

O auspicio de cidade moderna trouxe junto o aumento populacional. O relatório assinado pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy remetido ao Interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira em 1933, apontava caminhos que buscavam atender aos anseios de modernidade de forma a apresentar requisitos primordiais que a nova capital deveria ter.

> A cidade moderna, quando se lhe proporcionam todos os elementos de vida e ao seu estabelecimento e à sua expansão se prende um plano racional, isto é, que obedece às determinações do urbanismo, é um centro de cultura, de ordem, de trabalho e de atividades bem coordenadas (GODOY, 1933 in IBGE, 1942 p. 15).

A convivência entre o moderno e a imagem sertaneja parece viver em harmonia na determinação de uma identidade externa. Vista de fora, Goiânia é compreendida dentro do imaginário sertanejo. Nos arredores de sua fundação ainda persistem imagens imortalizadas dos pares de bois e do rolo compactador utilizados na terraplanagem do terreno e do cavalo como plano histórico ornamental tendo sobre os ombros o ‘fundador’ da capital.

A ideia do sertanejo, ao que parece hoje mais ilusória que real, aproveitada principalmente na exportação da musicalidade, é firmada além da definição da categoria espacial e geográfica com uma imaginação que compõe o imaginário social brasileiro. Como defende Janaína Amado (1995, p. 146) “uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação”. Esse imaginário faz-se presente até hoje no pensamento sobre a nova capital. Junta-se a isso a importância que a categoria tem no imaginário da literatura brasileira “o sertão está em toda parte; o sertão está dentro da gente”, como afirma Guimarães Rosa. Há também outra forma de identificar o sertão que é na condição de contraposição ao litoral. No caso de Goiânia tem a ver com o questionamento dado a seguinte pergunta: “e os construtores de Goiânia quem foram?”, cuja resposta nos é dada por Itami Campos (apud Chaul, 2001, p. 107),

> os construtores de Goiânia foram mais de 4 mil anônimos operários que, vindo do interior do Estado, de Minas, de São Paulo e do Nordeste, alojados em ranchos de capim e em casinhas de madeira, recebendo “vales” no final do mês, trabalharam duramente e construíram uma cidade que passou a ser símbolo do dinamismo do Estado.

Figura 11: Bois em processo de planagem de terrento em frente ao Palácio do Governo, ano desconhecido (Fonte: MIS).

Heliane Prudente Nunes (2007) em estudo realizado no livro *Formas e Tempos da Cidade*, organizado por Manuel Ferreira Lima Filho e Laís Aparecida Machado, em artigo intitulado "*Os imigrantes árabes em Goiânia*", aborda a história da imigração estrangeira no Brasil dando ênfase ao que ocorreu em Goiás. Segundo a autora, a partir da segunda metade do século XX, deram entrada no Estado, imigrantes italianos, alemães, e japoneses ocupando primeiramente as zonas rurais. O acesso se dava a partir do Mato Grosso, rota que ligava Goiás a estados como São Paulo e a região sudeste do Brasil. Depois com a ascensão da estrada de ferro registra-se a presença de muitos imigrantes de origem árabe e nacionalidades síria, libanesas, turca, entre outras, que posteriormente se instalaram na nova capital exercendo grande influência principalmente no comércio local.

A imagem originária do seus construtores somada a sua localização geográfica, além da forma como foi consubstanciando sua identidade, contribuiu para a leitura da cidade, destacando o caráter sertanejo o que me parece um constraste. Goiânia hoje é a materialização de uma cidade com ares de modernidades com todos os problemas que por tabela vem junto a essa nova categorização. Vista de dentro, no entanto, apresenta-se como cidade dos contrastes e diversidades culturais, sobretudo na contemporaneidade. A ideia de cidade sertaneja talvez tenha a ver com a forma como de crescimento de sua população pioneira, que é muito diferente da atual conjuntura.

O ar de modernidade no entanto em contraponto estava a feito como discurso a se concretizar na realização da cidade, trabalho para os 'melhores' nomes. Coube ao arquiteto Attílio Corrêa Lima, referência pelos seus estudos urbanísticos realizados na escola francesa. O plano urbanístico foi desenhado de forma a exprimir influências dos traçados urbanos de *Versalhes*, *Karlsruhe* e de *Washington*. Para Melo (2006), a malha urbana da nova capital retoma o desenho de *pâte d'oie*, ou "pé de pato", de modo a acessar a inspiração inicial proposta pelo Atílio Corrêa. É também, segundo populares, a inspiração do manto de nossa Senhora se visto de cima, essa versão no entanto não apresenta sustentação documental sendo ao que parece somente fruto do imaginário popular cristão católico.

> Racionalista, o urbanista delimita a área conforme os dados topográficos favoráveis, traçando as avenidas de modo a aproveitar o declive do terreno.

> O marco central do Setor, a Praça Cívica, representante do poder estatal, permite o alcance visual por todos os pontos da cidade, além de convergir na praça as três principais vias da cidade, projetadas com inspiração nos bulevares franceses (Avenida Goiás, Araguaia e Tocantins). (GOIÂNIA ART DÉCO COMO SÍMBOLO DE MODERNIDADE, 2018)

Figura 12: Vista aérea diurna da Praça Cívica, ano desconhecido (Fonte: IBGE).

É a partir da Praça Cívica que essa pesquisa vai ser experienciada. No entanto, o prédio mais importante para este trabalho não é nenhum dos que estão tombados, sequer existe mais fisicamente, foi demolido e no seu lugar construído outro contribuindo com o conflito existente.

O famoso antropólogo Lévi-Strauss, fundador do que ficou conhecido como antropologia estruturalista, quando da sua passagem pelo Brasil central (1937), esteve na recém criada capital, hospedou-se no Grande Hotel, um dos primeiros prédios erguidos para dar cara a cidade, e cumpri importante função de receber os mais “ilustres visitantes”, tinha e tem ainda hoje, predominância do estilo *Art Déco*, ao falar sobre a cidade comentou aspectos de sua edificação:

> A mais importante era o hotel, paralelepípedo de cimento, que, no meio desse achatamento, evocava uma *aeroestação* ou um *fortim*: ter-se-lhe-ia aplicado de boa vontade a expressão “bastião da civilização”, num sentido não mais figurado mas direto, que adquiria, como esse uso, um valor singularmente irônico (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 128).

Lévi-Strauss ao voltar seu olhar para a cidade como unidade de análise, parece fazer crítica a denominada ideia de civilização ao se referir a mesma como “bastião da civilização”, cita ainda as formas arquitetônicas das ruas elegendo o

prédio do Grande Hotel, hoje espaço de práticas culturais, como revestido de maior importância. As linhas interpretativas permite-nos concluir que o *Art Déco* de fato configurou-se como símbolo de uma arquitetura política estatal da Era Vargas (REIS, 2014) representada pela composição de volumes maciços. Ao falar da composição da cidade naquele momento incipiente de elementos materiais, traça análise de sua arquitetura. Igual a ele muitos outros estudiosos tiveram na cidade de Goiânia, razão para diversos estudos e análises, tomaram-a como campo de pesquisa, destaco: CHAUL, (1999); CHAUL, (2010); COELHO, (2002); GOIÂNIA, (2010); LEMOS, (2004); LIMA FILHO E MACHADO, (2014); MANSO, (2001); MASCARENHAS, (1992); MELLO, (1996); OLIVEIRA, (1999); PEREIRA, (2002); SOUZA, (2002) e SOUZA, (2015).

Goiânia parece seguir com passado quase sempre presente em tom nostálgico, exposto sobretudo nas entrelinhas arquitetônicas. Histórias experienciadas que a nova capital insiste em contar através das narrativas patrimoniais expostas. A transformação por qual passou e passa, desemboca num redesenho na paisagem. A Rua 20, a primeira da nova capital, é um ótimo exemplo dessa metamorfose, em que casas importantes na história da cidade deram espaço para modernos edifícios e estacionamentos, necessidades atuais da nova cidade que Goiânia agora é.

> A Rua 20 foi a primeira rua de Goiânia e, por isso mesmo, palco de importantes acontecimentos relacionados aos primeiros anos da cidade. Dentre as edificações que foram erguidas nesta rua (muitas das quais já demolidas), estava a Sede do Governo Provisório e a residência que abrigou o ex-governador Pedro Ludovico Teixeira. De início, com o objetivo de evitar confusões futuras, cabe esclarecer, em primeiro lugar, que a residência provisória está erroneamente tombada como Sede Provisória do Palácio do Governo, pelo despacho estadual nº 1.096/1982, de 18 de outubro de 1982 - processo CEC nº 302/1981. Na verdade, o prédio que abrigou a sede do governo não existe mais. (LIMA FILHO; MACHADO, L. A. (Org.), p. 128; 2007)

A nostalgia apresenta-se tanto no sentido do apego como no da negação, uma dicotomia entre a necessidade da modernidade e o aporte da história no retorno ao passado de modo a marcar uma identidade coletiva. Necessidade de manter viva a memória um tanto quanto distanciada de um tempo que parece não ter ficado totalmente para trás, mas que se faz presente na memória coletiva do

lugar. Existe, no aspecto da negação, um sentimento de fuga para os tempos modernos da globalização e de toda uma rápida aceleração na história. Esse tempo veio em substituição a começar pela composição sócio-política-arquitetônica. Uma cidade não muda somente à medida em que sofre alteração no seu corpo concreto, aliás, a cidade está sempre em transformação como produto das relações humanas.

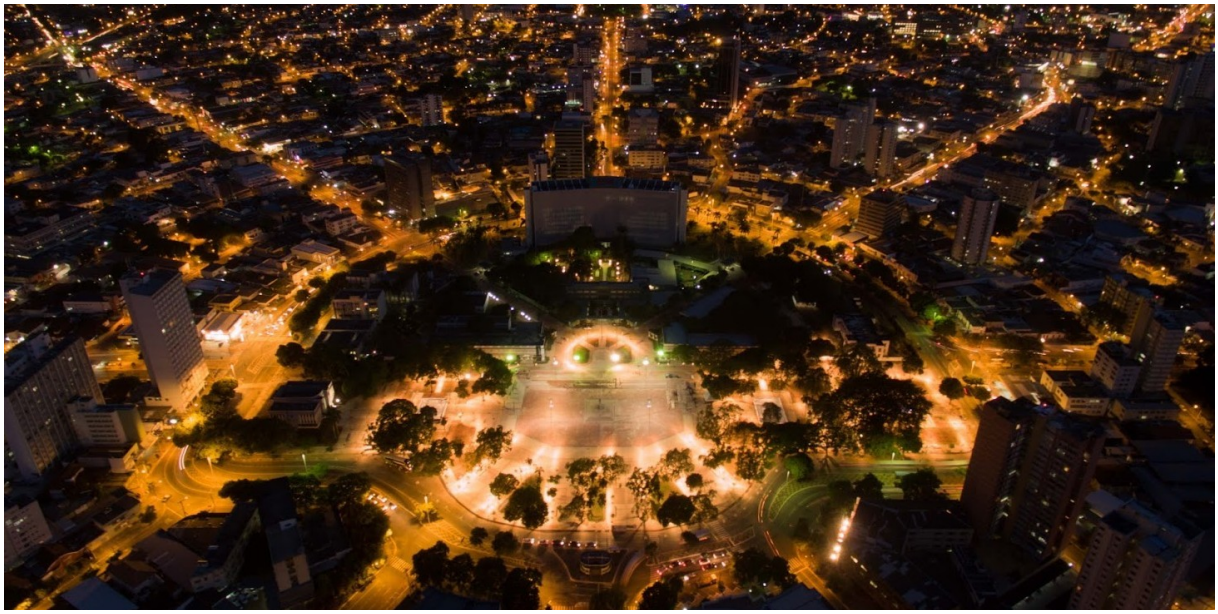


Figura 13: Vista aérea noturna da Praça Cívica, 2016 (Fonte: ladoalto).

O antigo e o novo antagonicamente aparecem na moldura histórica de Goiânia. A capital planejada cresceu sendo parte do discurso desenvolvimentista a ser realizado no sertão do Brasil central. “Assim, a construção dessas capitais planejadas é resultado de experiências históricas próprias, significando, sempre, uma inflexão na trajetória política, econômica, social e cultural das populações envolvidas” (BOTELHO, 2002, p. 9). Todo esse arcabouço histórico perpetua-se na imagem desenhada para a cidade, ainda que redimensionada em termo de escala - a modesta cidade cresceu - mas o seu embrião inicial, a Praça Cívica, ainda é um campo de irradiação histórica.

Sobre os olhares a cidade mudou. A visibilidade das principais avenidas a partir do Palácio das Esmeraldas foi comprometida pelas necessidades de outras arquiteturas, mas a visibilidade histórica está presente em sua composição e monumentos.

4.1. Patrimonialização da cidade: processo de tombamento

O processo de tombamento do Núcleo Pioneiro de Goiânia foi iniciado em 2002 por ato liderado pelo Iphan com participação de muitas instituições e vários atores sociais e políticos que de certa forma parecem inspirados no caso de sucesso ocorrido na Cidade de Goiás quando em 2001 recebeu o título de Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Nascidas pelo rompimento as duas cidades aparecem aproximadas no movimento de ações políticas idealizadas pelo Estado brasileiro por meio de seus agentes e agências. Na Cidade de Goiás, considerando o aspecto da excepcionalidade, o mérito foi dado pelo seus aspecto colonial com seus casarios e sua importância histórica. Em Goiânia os marcos foram seus componentes de *art déco*. Em ambos os casos o que parece ter vigorado é o fortalecimento de uma "memória oficial" que agora se faz musealizada.

No Dossiê de Tombamento consta[2] o conjunto urbano do qual faz parte o Núcleo Pioneiro e onde dentro está o complexo da Praça Cívica, sendo parte do polígono patrimonial:

- CASA DE PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA: residência particular do governador e sua família, hoje espaço museal em que há forte materialidade da presença de Dona Gercina Borges Teixeira, esposa, a quem coube a memória dos limites da casa e posteriormente o nome da rua em sua homenagem;
- CORETO: instalado na confluência das Avenidas Goiás, Paranaíba e Tocantins em linha reta com a frente do Palácio das Esmeraldas. Atualmente serve como espaço de convivências para pessoas em situação de rua;

2 Dados do Dossiê: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nome atribuído: Acervo Arquitetônico e Urbanístico Art Déco de Goiânia. Localização: Goiânia-GO. Número do Processo: 1500-T-2002. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: Inscrito em 02/2005. Livro do Tombo Histórico: Inscrito em 02/2005. Livro do Tombo Belas Artes: Inscrito em 02/2005

- RELÓGIO DA AV. GOIÁS: já não marca as horas pela falta de manutenção. Esse não está exatamente dentro do perímetro da Praça Cívica. Localiza-se no início da Avenida Goiás em frente ao Coreto é ladeado por um espelho de água que tem servido como fonte de lazer, banho, para pessoas em situação de rua;

- DELEGACIA FISCAL: prédio fechado ao acesso do público. Seu uso atual não foi identificado;

- FONTES LUMINOSAS: São duas, uma em cada lado da Praça. No processo de requalificação foram modificadas. Quando estão ligadas, o que não é sempre, são fontes de lazer para os visitantes do espaço. Uma delas fica localizada frente ao Museu Zoroastro Artiaga e a outra no lado oposto próximo a nova localização do cavalo de Pedro Ludovico;

- FÓRUM: assim como outros prédios está fechado para o acesso do público sem ter sua finalidade de uso identificada. Sabe-se que lá não funciona mais o Fórum;

- MUSEU ZOROASTRO ARTIAGA: fundado em 1946, o primeiro museu da cidade. Entre seu acervo está documentos históricos, utensílios que pertencem a história da capital, objetos relacionado a memória dos povos indígenas do Brasil Central, além de outros itens. O nome é uma homenagem ao professor Zoroastro Artiaga que foi o primeiro diretor da instituição;

- OBELISCOS: são dois, um instalado em cada lado da Praça em linha paralela com as finalização dos limites do Palácio das Esmeraldas;

- PALÁCIO DO GOVERNO: recebeu o nome de Palácio das Esmeraldas, é todo revestido verde (mistura de tinta e areia brilhosa), localizado na linha divisória da Praça tendo visão privilegiada de todo sua extensão. Em tese é a residência oficial do governador do Estado;

- PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO: a procuradoria foi transferida, “A antiga sede da PGE, localizada na Praça Cívica, já não atendia às necessidades do órgão. Sem sala de reuniões, auditório, estacionamento, saídas de emergência, elevadores e acessibilidade para portadores de deficiências, o prédio deve agora passar por uma reforma acompanhada pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (Iphan)” é o que afirmou o procurador geral do Estado, Anderson Máximo de Holanda, em 2009;

- SECRETARIA-GERAL: é o prédio que serviu primeiro à Secretaria Geral do Estado, no local funcionou o escritório técnico das obras da construção de Goiânia. Hoje é o Centro Cultural Marieta Telles Machado onde está instalado o MIS (Museu da Imagem e Som), o Cine Cultura, A gibiteca e a Biblioteca Estadual Pio Vargas;

- Tribunal Eleitoral instalado em frente a Praça Cívica no prédio até hoje funciona o tribunal eleitoral.

Esses equipamentos possuem em comum aspectos arquitetônicos da *art déco*. São prédios com determinações políticas e importância histórica concebida do ponto de vista de uma tomada técnica e objetiva em termos de salvaguarda sob a tutela do Estado. Alguns deles, hoje cumprem função social voltada a transformação em equipamento para ofertas de serviços culturais de livre acesso ao público. Alguns não tem a determinação de uso muito bem explicita nem tão pouco o acesso liberado não ficando bem determinada a função. Alguns apresentam sinais de deterioração em suas estruturas visíveis e que nunca passaram por restauração.

O tombamento do conjunto parece significar a tomada de consciência da importância que a arquitetura “ordinariamente goianiense”, ao menos no discurso oficial, ganhou em tempos passados sendo refletida na atualidade, mas que não é o suficiente, visto necessitar de atenção quanto a preservação. É notório certo cuidado quando o objetivo é acionar a identidade arquitetônica da cidade, porém o mesmo parece prescrever quanto aos cuidados e manutenção.

Quanto ao processo de tombamento pautado na instituição de uma “memória oficial” transformada em identidade totalizadora que parece ter encontrado

sustentação no *art déco*, visto ser um estilo bastante em voga naquele momento na ancoragem da modernidade em cenário nacional e internacional, revela no outro lado uma lacuna de outras memórias estabelecidas nas relações sociais dos indivíduos com a cidade e seus espaços. Essas tensões tanto podem ser percebidas na existência de outras arquiteturas que expressaram maneiras diferentes de morar, representar e mensurar valores e que estiveram por muito tempo na materialidade da cidade, como o exemplo dado da Rua 20, e também perpetua nas narrativas históricas conforme apresentado por Dona Virginia Pereira Mendes, que pertenceu ao Núcleo Pioneiro, e em suas lembranças assinala conversa poética com antiga Amoreira que considerada como primeiro Palácio da nova capital.

> Tenho muita recordação de tudo que passou. Tenho a impressão de que você deve estar pertinho dos 80 ou 90 anos de existência. Deus te abençoe pelo que tivesse, pois quantos anos faz que debaixo de suas sombras durante o dia e a noite repouso de um sono tranquilo. Todos que te procuraram foram recebidos com muita bondade e carinho. Que lindo destino foi o seu minha bela Gameleira [Moreira]. No dia que você nasceu, talvez tivesse imaginado que irá ficar bem solitária, bem sozinha, nesse imenso planalto. Mas o seu destino já estava reservado, vocẽ teria que dar acolhida para todas aquelas famílias que estavam migrando para essa bela capital. Assim, passaram muitos por debaixo de sua sombra. (VIRGINIA PEREIRA MENDES, 01 DE NOVEMBRO DE 2005).

A relação entre a *art déco* e o tombamento em Goiânia levanta questionamento sobre as representações sociais que os habitantes da cidade tem sobre, e tinham no caso dos pioneiros. Afinal, seriam esses os motivos pelos quais os que vivem a cidade no dia-a-dia elegeriam para o tombamento? E para além da *art déco?* Segundo, Lima Filho (2007, p. 254), “nem mesmo as casas-tipo do início da cidade, construídas pelo governo estadual, tem o estilo *art déco* como preponderante” o que pode ser um sinal de que já na época não era exatamente um estilo que determinava a identidade arquitetônica totalizadora da cidade. “Notam-se elementos desse estilo em apenas algumas casas sobrados, o que pode significar resistência cultural por detrás do discurso e da práxis ideológica da modernização” (LIMA FILHO, 2007, p. 254). Pensando a relação desses múltiplos estilos, e o fluxo de moradores advindos principalmente da Cidade de Goiás, na relação dos primeiros moradores Lima Filho (2007) aponta ainda que havia uma predileção pelo estilo neocolonial.

> O estilo é inspirado no passado e se caracteriza por largos beirais de madeiramento aparentes recortados, frontões curvos como os das igrejas oitocentistas, vergas de arcos entre outros elementos. Em outras palavras, os goianienses se rendem ao novo, porém não abrem mão do velho. É só passear pela cidade! Portanto, aqui reside o contraponto. (LIMA FILHO, 2007, p. 254)

Há na legislação do patrimônio no Brasil o dispositivo da excepcionalidade que para Cidade de Goiás parece ser aplicado pelo lastro do tempo cronológico na relação histórica das formas de vida da cidade e sua importância para a história da região central do país. O discurso do "antigo" é ancorado como oratória de sustentação da sua indicação como Patrimônio Cultural da Humanidade. O mesmo dispositivo ao que parece não poder ser aplicado na mesma lógica no contexto de tombamento do acervo de Goiânia uma vez que a *art déco* não parece totalizadora da identidade da cidade. Exceto os prédios tombados em que esse estilo aparece valorizado, ao andar pela cidade o que vemos é o acobertamento desses traços, principalmente nos prédios comerciais do centro, ao que indica uma forma de negativa dessa identidade arquitetônica o que para ser afirmado requer no entanto outro estudo focado nessa finalidade.

4.2. Contornos patrimoniais e a definição dos lugares e dos sujeitos

O espaço como representação de um tempo tende a atender projeto articulado com discursos que dominam a conjuntura histórica e social, corporeidade concreta de suas funções políticas. Em termos conjunturalmente históricos, como podemos ver, Goiânia não começa exatamente na Praça Cívica, foi gestada nas entranhas políticas da Cidade de Goiás. Concebida de forma imagética, segundo constam algumas narrativas, apartir do alto do morro da Serrinha, local de onde o fundador avistou pela primeira vez a área em que seria construída a nova capital. Traçada por arquitetos e engenheiros, posteriormente transformada em pranchas, gestada entre disputas políticas das oligarquias goianas, e só depois tornada em realidade no canteiro de obras. A cidade seguiu idealizada sob o auspício da modernidade.

Essa representatividade arquitetônica, uma das marcas da expressividade do Movimento Modernista através do *Art Déco*, se materializou na Praça Cívica onde se deu a idealização do projeto de cidade pensada que parece ter escapado por entre os dedos, sobretudo no momento atual onde a distância entre a cidade ideal e a cidade real contrasta na relação com os corpos vivos na experiência dos espaços. Assim como a cidade cresceu em termos geográficos e densidade demográfica, ante ao planejamento, cresceram também os problemas.

Diante disso, durante o trabalho de campo fez se necessário a prática de observação de modo a compreender os caminhos estabelecidos, os vivenciados e os construídos na relação das pessoas com o espaço da cidade, para o trabalho foi delimitado na Praça Cívica e seus contornos. É nesse prisma que a Praça será agora analisada numa tentativa de revelar sua cartografia social em relação com os vários usos, que perpassam comemorações cívicas e populares, o uso na esfera municipal e estadual e também pelas representações sociais visualizadas na vivência cotidiana do espaço. Apresenta-se ainda em divisões e ocupações, algumas bastantes simbólicas concebidas pelos ‘donos’ do pedaço, expressão que tomo emprestada de Magnani (2002).

Por meio do trabalho de campo foi possível identificar fluxos de utilização, negação e apropriação dos espaços ali existentes. A principal percepção é a de que embora a categorização patrimonial seja importante calçada de ordenamentos repleta de regras e informações, ela não atinge os sujeitos somente por isso. Se não envolve não integra, passa despercebida.

Pude perceber que a vivência da Praça se dá de diversas maneiras e todas parecem relacionar-se com os olhares e memórias de Seu Joaquim perpassando a lógica da patrimonialização por haver relações de sentidos entre os vários lugares que aproximam e distanciam a Praça e o quiosque. Observada como categoria patrimonial, considerando o processo no qual foi tombada, bastariam os palácios. O quiosque ficaria desapercebido. Visto numa abordagem mais ampla o quiosque passa a ocupar posicionamento estratégico para análises, primeiro por ter por longo tempo funcionando como lente humana de registros e hoje, apesar de inativo e deslocado, é ponto de manifestações e questionamentos.

Tentarei nas linhas que seguem apresentar a forma como foram mapeadas essa configuração de usos e ocupação, bem como retomar aos sujeitos e tensionamentos de poderes estabelecidos nessas relações. Apresento essa divisão somente a título de localização e como forma de tornar visual as análises.

4.3. Cartografia da Praça: tensionamentos entre espaços e lugares

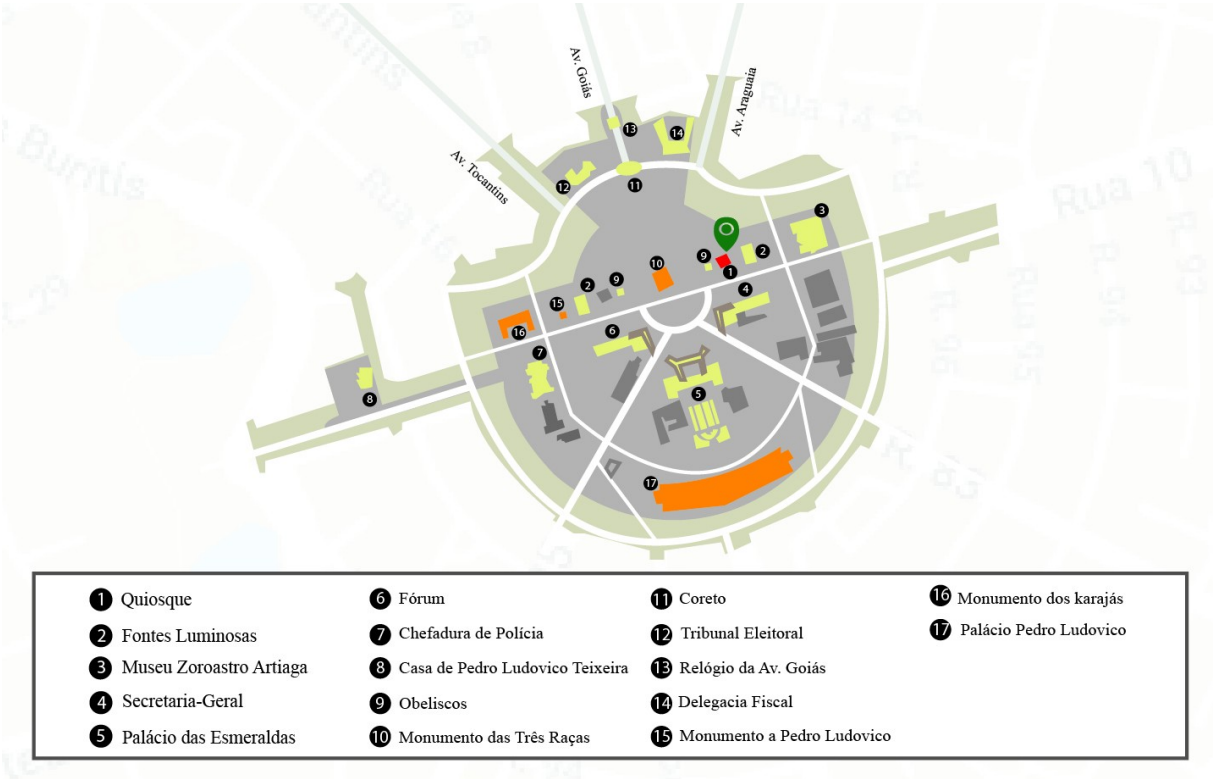
Na sua relação com as pessoas a Praça, na perspectiva etnográfica, pode ser compreendida como lugar antropológico que segundo Augé (1994; p. 51) é “simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa”, configura como multiplicidades significativas.

Cartografia é a ciência que tem por objetivo representar graficamente, por meio de mapas, a superfície terrestre. Tem sido utilizada em várias áreas, tendo predominância na geografia. Serve para mapear, identificar, sinalizar de forma a apresentar concepção gráfica de um espaço. Os mapas a seguir aparecem como visualidades conectivas entre leitor e espaço. Há outra cartografia que permeia os afetos, as relações pessoais, as memórias e que de alguma forma reorganiza a geografia utilitária do espaço, essas serão apresentadas a partir das relações criadas com o quiosque de Seu Joaquim.

A divisão geográfica da Praça é facilmente identificada, nela se encontram os prédios (que que faz foram apresentados) que fazem parte do conjunto urbano tombado e que hoje cumprem alguma função social, cultural, ou talvez nenhuma delas. O traçado da Praça foi concebido como uma espécie de espelho, arquitetada a partir de concepção simétrica entre os dois lados que se dobrada ao meio como folha apresentaria um lado refletido no outro.

Na parte esquerda localiza-se o edifício da antiga Secretaria Geral, atual Centro Cultural Marieta Telles Machado, onde funciona órgãos da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduce), como o Cine Cultura, o MIS (Museu da Imagem e do Som) além de salas de eventos, salas multimeios e bibliotecas temática; aos fundos do Centro Cultural há um prédio fechado e no

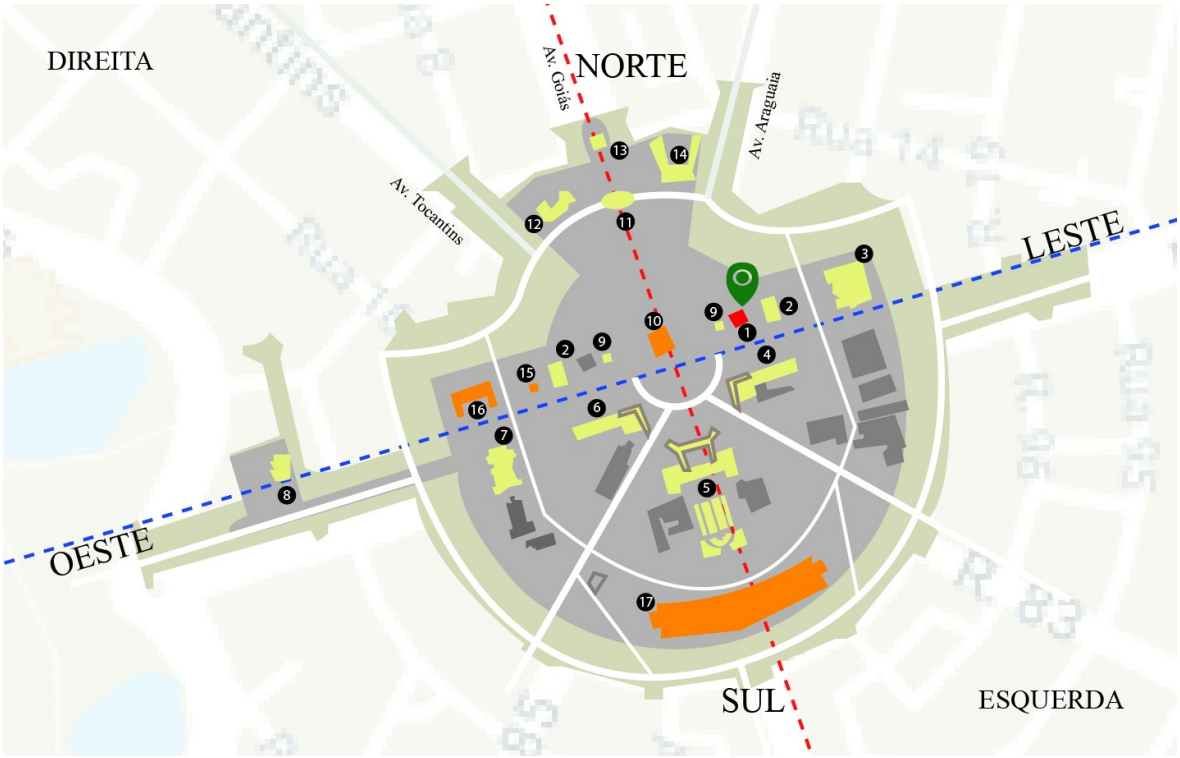
mesmo lado existe também o prédio do primeiro museu de Goiânia, o Zoroastro Artiaga criado em 1946 e uma das fonte luminosa.



Mapa 2: Localização dos prédios e monumentos tombados, 2019 (Fonte: Autoria própria).

No lado direito temos outra fonte luminosa exatamente igual a primeira. Quanto aos prédios são identificados no mesmo desenho arquitetônico e com algumas poucas diferenças internas. Em oposição ao Museu Zoroastro Artiaga havia a antiga prefeitura, onde ficava o Palácio das Campinas, que funcionou entre 1960 e 2000 quando foi demolido em função da requalificação e por não fazer parte do complexo tombado. No lugar foi erguido obra caleidoscópica de autoria do artista plástico goiano Siron Franco intitulada *Monumento aos Karajás*. Ainda no lado direito temos a obra do *Cavalo de Pedro Ludovico*, assinada pela artista goiana Neusa Moraes. Ao centro o monumento *Às Três Raças*, da mesma autora, ocupa lugar de destaque. Ainda ao centro, na parte de cima, existe o Palácio Pedro Ludovico, centro administrativo do Estado e aos fundos deste o Palácio das Esmeraldas tendo em seu jardim frontal uma fonte luminosa com o busto do fundador cravado em bronze de onde o campo de visão é voltado para a avenida Tocantins à esquerda, na direita para a avenida Araguaia e ao meio destaca-se a avenida Goiás, antes porém se

localiza o Coreto, famoso símbolo da *art déco* na capital, seguido do relógio da Av. Goiás no mesmo estilo.



Mapa 3: Praça em relação aos pontos cardeais, 2019 (Fonte: Autoria própria).

Como redes de ligações, a Praça se divide de modo a formar caminhos conectores entre seus extremos interligando os quatros setores nominados tal qual os pontos cardeais criando uma cartografia social realizada pelo fluxo de pessoas que a utilizam para essa finalidade. Dentro do espaço, como vimos, temos o palácio Pedro Ludovico Teixeira que como sede oficial do governo do Estado funciona, além dos serviços burocráticos estatais, outros que estão diretamente ligado à população como o Vapt-Vupt[3]. No lado oposto é o início das três grandes avenidas centrais (Avenida Goiás ao centro, Avenida Tocantins e Avenida Araguaia). Nos limites da direita temos a avenida que dá acesso ao Bosque dos Buritis passando em frente a Casa Museu Pedro Ludovico Teixeira no outro extremo existe a 10ª avenida ligando o centro ao Setor Universitário conectando Leste ao Oeste.

3 O Vapt Vupt - Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão, conhecida apenas como Vapt Vupt, é um órgão público do governo estadual de Goiás inaugurada em 17 de outubro de 1999, com parceria dos municípios onde são encontradas suas unidades.

> A praça durante o dia serve como túnel de passagem. As pessoas passam em alta velocidade, correndo. Elas cortam a praça em *zigue-zague* em vários sentidos, óbvio né. Mas as pessoas pouco se arriscam a ficar sentadas nos bancos. Poucas se arriscam a ficar sentadas justamente pela questão da segurança, não tem segurança. (MARCIO CARVALHO, 21 DE ABRIL DE 2018)

O espaço aparece ainda como lugar de passagem e é natural que assim seja pois ocupa centralidade tendo ofertas de serviços no próprio perímetro, como os oferecidos no Palácio e ao redor como: Correios, creches, lugares de ofertas de serviços e de comercialização de produtos. Na correria da cidade grande, no dia a dia, as pessoas utilizam-á como atalho para atender suas necessidades.

Identifica-se ao centro, em posição de destaque, a morada do poder representada pelo palácio Pedro Ludovico, gerência política do estado e pelo Palácio das Esmeraldas, em tese, residência oficial do governador. Existe para além da divisão dos prédios uma configuração que delimita atuação do Estado e do município. São linhas imaginárias, simbólicas em termos de delimitação de poder e consequentemente de responsabilidades.

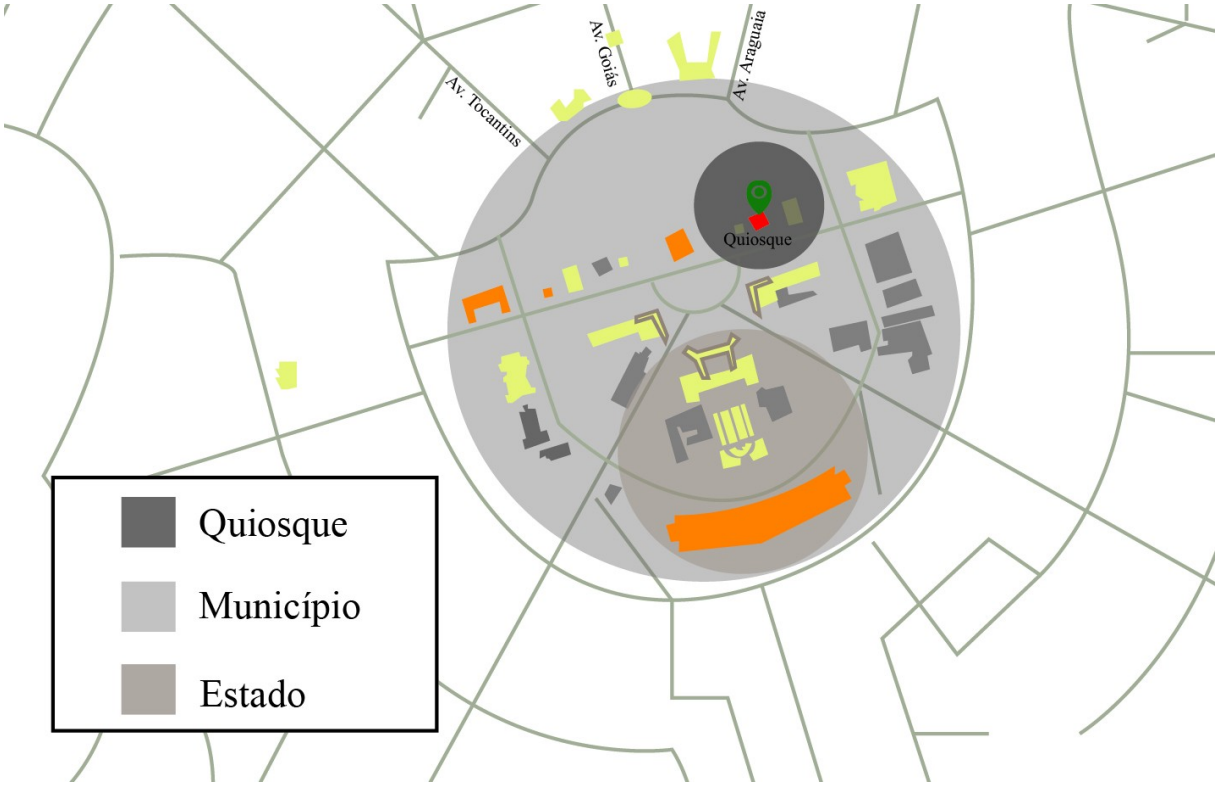
> Eles estão muito divididos por que você tem o palácio onde você tem a guarda ali presente, mas se te ocorre algo aqui a praça se divide entre parte Estado e parte Município e ninguem vem de lá te proteger aqui, por que eles estão com obrigação de proteger o palácio, mas não de uma maneira de fazer uma proteção para o todo. Então não entendo como uma praça pode ser segmentada em duas partes: parte Estado, parte município. (MARCIO CARVALHO, 21 DE ABRIL DE 2018)

O projeto de requalificação marca e justifica essa divisão, embora em termos práticos parece incompreendida é bastante articulada no que tange a gestão. O projeto foi inicialmente idealizado pelo Estado, posteriormente cedido ao município pela viabilidade na requalificação junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em frase proferida por meio de entrevista veiculada em jornal local, em 2016, assim afirma o então governador do estado à época, Marconi Perillo.

> Nós tínhamos o projeto e íamos executar essa obra quando soubemos que, a pedido da Prefeitura de Goiânia, o Iphan havia considerado essa praça como um dos projetos do PAC Cidades Históricas. Não havia tempo para a Prefeitura montar um projeto, e nosso projeto havia ficado muito bom. O prefeito me solicitou e doamos esse projeto à Prefeitura”. (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2016)

Nessa relação de delimitação política há nitidamente ingerência entre as instâncias administrativas representadas pelos entes federados, no caso Estado e município, o que pode ser visualizado tanto nas tomadas de decisões relacionadas ao processo de modificação do espaço como também em relação a integração e negação do uso do quiosque.

> “A praça, originalmente configurada para atrair goianienses a atividades de cultura, lazer e envolvê-los em ações de caráter cívico; teve o destino embrionário adulterado pelo tráfego intenso, pelo delinear cotidiano de uma metrópole. Para atender às demandas de circulação viárias e de estacionamento numa cidade que tem uma das maiores frotas de automóveis do Brasil, os cidadãos, a quem a Praça Cívica sempre se destinou, acabaram expulsos de um espaço marco da construção da história deste município. Hoje, carros e mais carros ocupam os recônditos da memória que nela reside. Não podemos seguir inertes ante ofuscar de elementos próprios da nossa história, da tipologia do espaço onde vivemos, das nossas dimensões sociais; ante a falta de responsabilidade coletiva pelo espaço. A Praça Cívica precisa e será devolvida aos goianienses”, afirma o prefeito Paulo Garcia. (O POPULAR, 2015)



Mapa 4: Limites entre entre Estado, município e quiosque (Fonte: Autoria própria).

A falas acima, proferida pelo prefeito, reafirma a necessidade de devolução da Praça, enquanto espaço público, aos cidadãos goianienses. Problematiza sua

transformação em estacionamento e relativiza o sentido embrionário elementar na história da capital reforçando a necessidade de “devolução” à população. Logo só se devolve o que foi tomado o que nesse caso aparece como uma espécie de reparação ao menos ao que aponta a fala do executivo naquele momento. Tomar e devolver equalizam os trâmites que através dos vários processos de revitalização foram sendo fixados na conexão entre poder público e sociedade civil vivenciadora do espaço.

A dispersão geográfica além de ajudar na visualização holística do espaço abre precedentes para compreensão da Praça na sua organização espacial fixa. Necessário especificar as sazonalidade em função de períodos específicos (Festas Juninas, Carnaval, Eventos religiosos, manifestações políticas) que a reorganiza.

Na festa de final de ano o espaço muda sua forma. A partir de uma grande estrutura montada a monumentalidade de um Natal nos padrões europeus é caracterizada, com tendas tipicamente européias, casa de papai noel, montagem de presépios e inovadora iluminação. Ali permanece por quase todo dezembro entrando janeiro do ano seguinte.

Em junho, de forma mais incerta, existe a realização dos festejos juninos em que instala uma grande estrutura com palcos e arquibancadas. Há uma reorganização espacial que modifica a sociabilização. Em momentos como esses o fluxo de pessoas são distintos. “A praça estava um pouco deteriorada nesse aspecto por que você tinha muitos eventos aqui e as pessoas todas as vezes que iam embora deixavam a praça suja, deteriorada, não cuidavam” (JOAQUIM SANTANA, 21 DE ABRIL DE 2018), afirma Seu Joaquim.

Aos domingos, principalmente, o espaço se restabelece ao aspecto de lazer. As partes internas são fechadas de forma a proporcionar que pessoas possam desfrutar do equipamento urbano. Os jovens que fazem manobras no *skate* ou arriscam empreender uma velocidade menos habitual no *patins*; as famílias que passeiam com as crianças; os mais velhos, principalmente os moradores das proximidades, em caminhadas matinais; os cachorros acompanhados dos seus donos; jovens de igreja em piquenique; o caminhar dos cinéfilos em direção ao Cine Cultura; os passos curiosos dos que buscam acessar a história da cidade; as selfies tendo como pano de fundo os “bonecos” das três raças ou o “cavalo de Pedro

Ludovico”; o olhar curioso em direção aos jardins internos do Palácio; o banco da Praça como conforto para leitura de um livro. Foram várias usabilidades observadas de forma corriqueira sempre aos sábados e principalmente aos domingos. A sensação de que aquele era o momento disponibilizado ao lazer como se houvesse uma tabela indicando os usos da praça, com horários e dias previamente estabelecidos, mas por quem? Apresento abaixo, somente em caráter reflexivo e visual tabela visualizada nas observações.

DIAS	PERÍODOS	PERFIL DE FREQUENTADORES
SEMANA (SEGUNDA A SEXTA)	Dia	Pessoas em busca de serviços que alí são ofertados ou que atravessam a Praça.
	Noite	Pessoas em situação de rua.
SÁBADO	Dia	Utilizada ao lazer.
	Noite	Pessoas em situação de rua, exceto em dias de eventos.
DOMINGO E FERIADOS	Dia	Utilizada ao lazer.
	Noite	Pessoas em situação de rua, exceto em dias de eventos.

Fonte: Autoria própria (2010)

A cartografia da Praça a faz dividida em pedaços com grupos muito específicos. Pedaço é um conceito utilizado por Magnani (2002) que o operacionaliza de modo a refletir sobre categorias analíticas que compreendem o espaço em sua realização, para ele pedaço é

> (...) aquele espaço intermediário entre privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade (MAGNANI, 1998,p.116 apud MAGNANI,2002;p.21)

Embora a Praça seja um todo que se propõe orgânico e o autor acione o conceito de pedaço como zona temporária e convergente, no contexto dessa análise a idéia de pedaço parece tomar outra dimensão pelo prolongamento da presença

dos indivíduos. Refiro-me às pessoas em situação de rua que pela negativa de políticas públicas adequadas as suas especificidades, parecem eleger a Praça como zona de conforto e permanência. Encontram ali o bem estar possível e formam um pedaço de sociabilização das suas vivências cotidianas. Para eles o alpendre de um dos prédios tombados vira casa, a fonte é local de frescor e higienização pessoal, os monumentos, como o do Siron Franco, entre outras coisas serve para secar roupas, outros equipamentos a exemplo do quiosque parece tomar outras funções como afirma Márcio Carvalho (2018):

> A praça teve bons momentos, na época do governo Santillo, meu pai vai te relatar bem melhor, a gente tinha muito menino de rua. Hoje a gente tem menos, mas hoje a gente tem o problema do *crack*, do *óxi*. Então têm pessoas que estão por exemplo estacionadas na Independência elas às vezes sobem a Goiás e ficam ali na Paranaíba. Algumas sobem até a Praça Cívica. Eles estão muito espalhados pela cidade. A noite eles se agrupam. Eles vendem drogas na margem do Correios. Eles estão usando os jardins, o telhado especialmente daquele quiosque porque é um telhado que tem inclinação maior. Ele guarda... Funciona como se fosse um mocó de drogas. Mas eu tenho conversado muito com o pessoal que varrem a praça, são pessoas tão dedicadas! Inclusive esses dias eu conversei com uma moça ela falou: “Márcio, esses dias um rapaz me afrontou dizendo que eu teria pego alguma coisa dele”. Uma simples varredoura de rua e elas sofrem assédio moral todo tempo. Por que eles acreditam que por elas estarem limpando uma zona de repente tem alguma coisa guardada deles e como elas são pessoas que às vezes não conhece o “embrulho”, né? Ela varre aquilo como se fosse um lixo comum e eles vem pra cima delas. Você pode entrevistar uma delas e você vai ouvir esse depoimento delas, elas falando que às vezes temem de limpar determinado lado da praça. (MARCIO CARVALHO, 2018)

A fala desse profissionais que cuidam da limpeza pública e que preferiu não ser identificada, corrobora para reflexão acima. “É perigoso esse espaço que a gente trabalha. Atuo aqui por que preciso alimentar minha família. A gente precisa cuidar do espaço, mas as vezes somos impedidos” (PESSOA 01, JULHO DE 2019).

Nesse contexto, talvez pela sua localização, a Praça tem sido ponto de convergência de pessoas que parecem encontrar ali o aconchego necessário para suas vivências sociais marginalizadas pelo senso comum, fazem parte dessa paisagem reconfigurada pelo humano em sua relação. Há, como podemos perceber, a eminente convivência com o medo desenhando nas relações ali ocorridas. A categoria de pórtico (MAGNANI, 2002), marca característica da paisagem urbana em que o ambiente causa sensação de insegurança, sendo no caso em questão a presença de pessoas em situação de rua, ajuda na compreensão de acontecimentos

esse. Foram muitas pessoas identificadas, que lá encontrou seu “pedaço” e a utilizam em conformidade com seus anseios e necessidade. “Só tenho esse lugar para morar, se eu sair daqui onde já me sinto em casa, não terei condições de ter um outro lugar. Na rua para se conquistar um canto às vezes custa a vida” (PESSOA 02, JULHO DE 2019).

A noite o espaço costuma ganhar um novo significado de lugar que apresenta problemas sociais visíveis principalmente em cidades grandes, acentuado pela falta de iluminação e desertificação quanto a oferta de lazer para população. A noite a Praça tem se reconfigurado numa espécie de cracolândia. O conceito de mancha, que para (MAGNANI, 2002, p. 22) são “áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante”, contrapõe-se aos usos dados ao espaço público nesse contexto pois o que vai dominar depende de cada ocasião e momento, nesse recorte como pode ser observado e experienciado a partir das falas, parece ser dominada por práticas consideradas ilícitas. Em análise mais geral, predomina a prática do turístico, com foco no patrimônio, mas que parece conviver com outras práticas, inclusive as consideradas ilícitas como nos casos já citados.

Mancha e pedaço (MAGNANI, 2002) são categorias compreensivas da usabilidade do espaço urbano. A Praça em seus circuitos para compreensão pode ser dividida geograficamente em formas categorizadas: o poder (representado pelas instâncias do governo); a “cultura” pelos equipamentos culturais e eventos com essa finalidade; o lazer pela disponibilidade do espaço para práticas esportivas e de ócio; os eventos em sua maioria esporádicos - como o Natal realizado pelas Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), a missa campal de *Corpus Christi* pela Arquidiocese de Goiânia e Marcha para Jesus -; e ainda as práticas políticas que são reflexões políticas presentes na realização de manifestações de cunho popular. A prática dominante porém parece ser a Praça como equipamento de lazer e reflexão da memória do surgimento da cidade apresentada como um aquário patrimonial a ser vista de longe.

5. A NEGATIVA PATRIMONIAL: PATRIMÔNIO CONTESTADO

O objetivo deste capítulo é refletir sobre o processo de tombamento do conjunto urbano de Goiânia e seus tensionamentos relacionados a requalificação e desdobramentos na relação com quiosque. Para isso busco refletir a partir das falas de Sr. Joaquim e seu filho Márcio Carvalho fazendo um recorte de narrativas de modo a problematizar o processo realizado pelo Iphan e demais órgãos.

É sabido que a requalificação significou um reordenamento do espaço. Numa das visitas ao espaço requalificado Seu Joaquim comenta: “de primeiro essa praça aqui era uma alegria a noite, fonte luminosa funcionando, vinha muita família passear. Agora não funciona mais, as pessoas não vem mais” (JOAQUIM SANTANA, 2018) ao que contribui “praça agora tá árida, pouco habitada, Sinto falta, passei muito anos nessa praça aqui. Era uma diversão pra mim. Morava aí, dormia a vida toda ai” (JOAQUIM SANTANA, 2018). Essas afirmações foram recebidas em nas últimas idas ao campo.

As falas acima contribuem para a ideia da Praça como aquário ao afirmar que “ninguém vem mais à praça”. As pessoas atravessam, olham de fora, quando se sentem em segurança aproximam. Em linhas gerais lançam olhar distanciado com limites estabelecidos nas extremidades. Essa situação foi melhor percebida no período noturno - exceto quando da realização de algum evento - a Praça se torna um completo vazio.

Aquário é um mostruário de vidro através do qual se pode observar o seu interior, quase sempre enfeitado de forma a despertar o olhar de fora para dentro. A Praça em alguns momentos parece apresentar essa mesma característica. Bonita se vista de fora, quando a iluminação permite, apresenta-se perigosa se adentrada em desacordo com os códigos sociais estabelecidos pelos que são do pedaço.

> A praça está árida. Você não tem os dois quiosques funcionando. Ela não tem policiamento. As pessoas passam pela praça correndo em algum sentido por que tem uma *cracolândia* no outro lado. Tem uma *cracolândia*! Eu convido você hoje às 22h atravessar a praça. Eu atravesso e saio vivo do outro lado, talvez nenhum outro cidadão teria essa coragem de atravessar a praça. Por que as pessoas temem pela segurança delas, pela integridade física, por que tem pessoas que tão ali que às vezes pede

> alimento. Às vezes a pessoa tá chegando pra fazer um pedido simples. “Aí me dá um real! Me dá cinco reais” e as pessoas já se assustam por que as pessoas estão mal vestidas, estão sujas, carentes, por algum detalhe, né. As pessoas julgam muito pela aparência. (MARCIO CARVALHO, 2018)

A fala acima é de Márcio Carvalho, filho de seu Joaquim, cresceu e viveu no espaço da Praça, trabalhou no quiosque e hoje mora num edifício localizado nas proximidades onde tem no contorno da janela da sala de estar uma moldura da cidade, estratégico campo de visão. “Eu acompanhei a obra do ínicio ao fim. Eu tenho visão contemplativa da praça todo o tempo” (MARCIO CARVALHO, 2018). Além de ter vivido na Praça onde trabalhou e ganhou meios para garantir a própria formação, hoje cirurgião dentista formado, tem seu consultório nas proximidades do referido espaço. Da sua janela pode acompanhar atentamente os processos de modificação de forma a registrá-lo traçando uma linha do tempo imagética do processo de transição.

Com a requalificação a Praça perdeu o lugar de estacionamento o qual parecia ser sua única função de uso naquele momento. Para seu Joaquim essa mudança contribui com o insucesso ao que compete o fluxo de pessoas. Afirma que “a reforma aqui foi um prejuízo danado, primeiro que tirou o estacionamento. Tinha um estacionamento ficava mais de 100 carros parados aqui nessa praça. Agora acabou”. (JOAQUIM SANTANA, 2018). Uma das razões colocadas por ele como causa da pouca presença de pessoas foi exatamente a inexistência do estacionamento, o que para gestão era um problema de desvio da finalidade. Perguntado se a retirada do estacionamento foi ruim respondeu:

> Para quem trabalha aqui dentro da praça foi. Por que não tem movimento. Não vem mais gente. A praça foi toda proibida de estacionar, então você tem um problema também central. Você tem uma praça onde ela é toda circundada com placa escrito “proibido parar e estacionar”. Ai eu te pergunto aonde que o visitante colocar o carro pra vir visitar esse espaço? Eu acho que a partir das 18h poderia liberar pelo menos o entorno interno da praça para que as pessoas pudessem deixar seus carros e vir usar a praça. Por que muitas das pessoas não veem por causa da falta de estacionamento. E aqui não tem nada que atrapalha estacionar. Não tem planta, não tem nada. (JOAQUIM SANTANA, 2018)

A fala acima contrapõe-se ao objetivo da requalificação apresentada quando apresentada pelo Estado na fala dada pelo prefeito em entrevista transcrita no

primeiro capítulo. Márcio Carvalho, ao complementar a fala do pai, traz ainda outros tensionamentos.

> Mas sob a pedra portuguesa eles não vão autorizar estacionar, não pode estacionar por que no projeto não se contempla o estacionamento. O Iphan alega que a praça ainda não está concluída. Numa das reuniões que eu fui com Iphan dizem que talvez a praça teria que passar por uma vistoria da Caixa Econômica Federal. Só que eu já fiquei sabendo que essa vistoria já se passou por que se fosse passar agora por uma vistoria não seria aprovada por que a fonte luminosa não funciona, tem uma parte da praça que está às escuras, você tem árvores para serem repostas, você tem calçadas que estão quebradas, você tem pichações no monumentos, né. Então se for pra passar por uma vistoria da Caixa Econômica para se ver o que foi proposto no projeto inicialmente não estaria muita coisa contemplada, então o engenheiro me afirmou que essa fase de vistoria já teria sido passada, por isso que essa praça tá assim agora. Pra mim já deu término de obra e agora ela vai ser esquecida e daqui uns anos, por que não é a primeira reforma que o senhor já passou aqui, não é pai. (MÁRCIO CARVALHO, 2018).

Entre o Iphan e Seu Joaquim corre um processo administrativo movido, segundo o filho, por procedimentos realizados nas instalações do quiosque sem autorização expressa, mas pelo visto também sem a intencionalidade de intervir no bem tombado. O Iphan reclama sobre a mudança como forma de intervenção na originalidade do projeto ao que Márcio Carvalho questiona.

> Tá no Iphan ainda, para que o Iphan venha dar o parecer. Eles querem que eu devolva tudo que eu fiz lá, eles querem que eu desmanche que eu refaça, que eu volte ao projeto original. Só que no projeto original eles colocam dois banheiros em anexo ao quiosque e eles tiraram da parte do quiosque a minha metragem que é a metragem que o Código de Postura me oferece que é 8 metros e o que tá lá dentro é 5 metros. Código de Postura do município que é o que dita as regras com relação ao uso do logradouro público. Uma banca de revistas, um chaveiro, qualquer equipamento que venha sobre uma calçada, sobre um logradouro público ele tem que seguir uma regra, uma metragem respeitar uma distância de um aparelho a outro ele tem que respeitar. E o meu pai a vida toda teve ali oito metros. Houve uma mudança da lei municipal para lei complementar 297 que dita que os equipamentos urbanos que estão sobre a praça viriam com banheiro em anexo, um banheiro em anexo que daria a totalidade de 5 metros por 2,5. Assim como foi revitalizado a Praça do Sol, a Avenida Universitária, o HGG e todos esses aparelhos urbanos vieram em alvenaria, esses veio em lata, material que aquece, material que… Não é um material compatível para se ter dois banheiros ao fundo. Se eu vou preparar um alimento ali eu tenho contaminação do alimento.

Não foi possível ter acesso ao processo citado por parte do Iphan, assim como também o Dossiê de Tombamento não se encontra disponível no site e também foi negado em solicitações feitas, tendo possível o acesso somente de

forma secundária através de outros de estudos realizados por outras pessoas. De toda forma o objetivo é tão somente apresentar os conflitos de forma a pensar sobre as tensões ali existentes que são inerentes aos processos de patrimonialização como presentes nas pesquisas realizadas por Arantes (1984) e Tamaso (2007). O conflito serve como pano de fundo de um debate compreensivo em que os dois lados, o que questiona e o que é questionado, se põe em reflexão de suas ações. Dessa forma o problema da adequação do quiosque ajuda a perceber as relações e como foram construídas desde a retirada do quiosque e, bem como, todo o processo de requalificação.

> JOAQUIM SANTANA: E eu falei com o engenheiro. O engenheiro saiu daqui com raiva de mim que eu ficava em cima dele a vida toda. Eu falei pra ele, ô essa caixa, oh doutor isso aqui vai eletrocutar o quiosque. Ele ainda falou assim: “não, não tem perigo não”. Perigo tem, por que no outro quiosque meu tinha um espelho pregado na parede quando tava chovendo muito dava choque. Essa corrente atravessa transpassa a terra, qualquer paredinha de tijolo e espelho separando ai.
>
> MÁRCIO CARVALHO: Deveria tá aqui Robson uma caixa blindada, fechada protegendo para que tivesse acesso a único tecnico responsável por esse tipo de instalação. Não uma pessoa comum. O pessoal que habita aqui vem arranca os fios, trocar por drogas. Uma hora um deles vai morrer aqui, você vai ter uma morte aqui. Entendeu? E ai, voltando ao projeto do Iphan, eles querem contemplar dos banheiros de uso da comunidade aqui. Banheiro público que eu saiba ele é dentro de um edifício público, com a gestão do poder público, com funcionário público. Meu pai não tem tempo, nem eu, pra ter dois banheiros públicos que são maiores que minha área útil. Então quer dizer, eu liguei na vigilância sanitaŕia, a vigilância sanitária falou pra mim: “Márcio não pode ter preparo de alimento alí, você tem que blindar todo o interior do seu quiosque com aço inox, por que o seu quiosque não é de alvenaria, vai haver contaminação com o banheiro.
>
> JOAQUIM SANTANA: Um desaforo muito grande. Uma porta dessa é pra passar mercadorias, caixa de refrigerantes…
>
> MÁRCIO CARVALHO: E o corpo de bombeiros falou que numa rota de fuga uma pessoa pode morrer queimada ai dentro. Então quer dizer, não se respeitou normas do corpo de bombeiros, da vigilância sanitária, da Defesa Civil, do código de postura.
>
> ROBSON VIEIRA: E todas essas questões foram apontadas por vocês durante o processo e ninguém ouviu?
>
> MARCIO CARVALHO: Não.
>
> ROBSON VIEIRA: A reforma foi boa pra quem?
>
> JOAQUIM SANTANA: A reforma pra nós foi bom, certo ponto. Só que pra outros foi ruim porque aqui nós não temos espaço. Esses dois banheiros lá

> atrás, o que fica aqui não tem espaço pra gente trabalhar. Trabalha, mas é muito difícil. Você tem que por mercadoria em cima.

5.2. O taperão: algumas reflexões finais

Seu Joaquim apresenta questionamentos acerca dos agenciamentos ocorridos no processo de tombamento: “aí era uma praça, tinha até feira, chamava feira do palácio. Esse prédio ai novinho, virou taperão. É um taperão” (JOAQUIM SANTANA, 21 DE JULHO DE 2018). Tapera é uma palavra que faz parte do português não coloquial sendo ainda utilizada em várias regiões do Brasil como sinônimo de vazio e abandono. Muito provavelmente é de origem tupi-guarani *taba uêra* onde *taba* significa “aldeia” e *uêra* quer dizer “extinta” ou “abandonada”. No cotidiano rural brasileiro, de modo especial no goiano, se utiliza como sinônimo de “casa velha” ou “casa abandonada”.

A expressão é apresentada como categoria nativa por traduzir a idéia de contestação do patrimônio. Tal afirmação permite refletir sobre a modulação patrimonial (LIMA FILHO, 2015) enquanto enfrentamento de um discurso oficial em contraponto a retórica da alteridade. Assim, de um lado o discurso oficial pautado na excepcionalidade fortalecido na cientificidade do conceito reforça a característica eleita para identidade patrimonial da cidade, no outro lado apresenta-se o questionamento.

A ideia de modulação tanto pode acompanhar a negativa como a eleição dos meios de forma a atender o objetivo da ação de tombamento ou registro. A cidadania patrimonial está entrelaçada nesta gama de reverberações possibilitadas pelo processo de tombamento. Parece, ao que tudo indica, a partir das falas dos interlocutores, haver uma excepcionalidade dada por órgãos oficiais e outra eleita pela indagação presentes nas entrelinhas. Será que a contestação de uma “tapera” na retórica nativa não contribui para dizer que outros “monumentos”, como o quiosque, não teve sua importância preservada e muito menos valorizadas. Nem em termos estéticos, o que não me parece um tema relevante dentro do recorte apresentado pelos procedimentos patrimoniais, nem em termos históricos.

A noção de agência, na perspectiva de Giddens (2009), diz sobre a capacidade das pessoas enquanto agentes da ação, contrapõe-se com os jogos de poderes, exercido pelas agências estatais. No entanto, é preciso problematizar sobre de que forma a operacionalização desses dois conceitos podem contribuir com uma construção de cidadania patrimonial que não afronta as tessituras das relações existente entre indivíduos, suas agências e as decisões de poder. Se nas duas pontas temos a contraposição de discursos calçadas por suas convicções, tanto de ordem técnica quanto de ordem das vivências, um caminho para compreender tal dinâmica é através da manifestações dos dois lados.

Os prédios e monumentos existentes dentro do conjunto urbano de Goiânia representam sobretudo classes sociais representadas na monumentalidade - nos prédios, bustos, cavalos, placas - e a invisibilidade de espaços e memórias margeadas e sub representada no patrimônio. Os grupos populacionais ao que parece não se vêem representados na Praça, a própria tentativa de homenagear os povos originários - através do monumento totêmico aos *Karajás* do Siron Franco - se traduz em tentativa aparentemente falha na compreensão. Entre os perguntados sobre a obra não houve quem conseguisse conceber a mesma lógica de compreensão do autor.

Essa representação permite pensar a problematização do monumento. Segundo Riegl (2006) que o relaciona como uma criação possuidora de finalidades distinguindo-os em três diferentes classes:

> As três classes de monumentos, então, distingue-se facilmente segundo a extensão que atribuem respectivamente ao valor de rememoração. A classe dos monumentos intencionais concerne às obras destinadas, pela vontade dos seus criadores a comemorar um momento preciso ou um evento complexo do passado. Na classe dos monumentos históricos, o círculo alarga-se aqueles que remetem ainda a um momento particular, mas cuja escolha é determinada por nossas preferências subjetivas. Na classe dos monumentos antigos entram, enfim, todas as criações do homem, independentemente de sua significação ou destino original, contanto que testemunhe a passagem do tempo. (RIEGL, 2006, p. 52)

Pode-se considerar o Monumento aos Karajás dentro da primeira classe por ser objetivcamente a ideia de rememoração intencional com finalidade específica. Porém, se visto de outra forma na relação da obra com o espaço e seus frequentadores, apresenta-se como uma incógnita patrimonial apta a decifração.

Antônio Carlos Joaquim, 53 anos, dono de uma banca de revista nas proximidades da Praça, referindo se ao monumento diz que “em vez de colocar a obra do Siron Franco, poderia colocar uma pista de *skate* por exemplo, porque para o povo em geral não faz muita diferença a escultura e os jovens não tem opção de lazer na região” (O POPULAR, 24 DE OUTUBRO DE 2015). Fez me lembrar de uma convivência com amigos Karajás, quando morava na Casa do Estudante Universitário (CEU) da Universidade Federal do Goiás, que fica no Setor Universitário, numa dessas idas ao campo acompanhado pelo amigo indígena pedi para que pudesse fazer uma leitura da obra a resposta me foi surpreendente, não havia da parte dele uma conexão entre seu grupo étnico e o significado daqueles espelhos ali colocados em forma de totens.

Podemos igualmente tomar como exemplo, ainda na classe dos monumentos intencionais, dois outros: o cavalo de Pedro Ludovico, disposto na Praça em localização estratégica, e o Monumento às Três Raças também conhecido como “os negões”. Existe objetividade em suas comunicações. O questionamento desses discursos não foram percebidos nas entrevistas e ambos parecem falar por si só sem a necessidade de tradução dos seus significados. Obviamente que estes exemplos estão colocados de forma superficial visando reflexão pontual. O cavalo é tão logo associado a Pedro Ludovico e “os negões” relacionados ao mito das três raças que parece não abrir espaços para outras compreensões o que de cara não provoca grandes discussões para a disposição visual desses itens no espaço.

Utilizando como base as narrativas apresentadas percebo que os questionamento não são utilizados como forma de desvalorização do dispositivo legal do patrimônio, no entanto reflete sobre os processos e eleições percebidas nos discursos oficiais e sua aplicação, o que me parece válido dentro de uma percepção de que se trata de um campo de disputas e tensões.

Bourdieu (1983) aborda a noção de representação ligando-a ao subjetivismo e objetivismo. O autor concebe a ideia de campo de modo a valorizar as relações sociais que ali ocorrem. Espaço de disputas de interesses, por tanto arena de definições do que é ou não é patrimônio. A noção desse conceito dada em sua aplicabilidade fora dos contornos documentais parece bem mais ampla que o que de fato é apresentado nas conjunturas do polígono patrimonial. Destaca-se como

representativa do patrimônio aquilo que é apresentado por meio de características alegóricas da cultura, como proposto na ideia do estado-nação, visando uma identidade unilateral desconhecendo as diferenças que existem entre os povos que embora formam uma única nação são retratos distintos de muitas culturas.

As alegorias cristalizadas na memória de cal e pedra e patrimonializados nos processos de tombamento pode servir como mecanismo de dominação envolto na configuração de uma violência simbólica (BOURDIEU, 1970).

No patrimônio, considerando a abordagem do tombamento, a identidade é compreendida como uma edificação. No entanto, retomando foco do trabalho, e a instalação do conflito, vale perguntar quem define o que é ou não um patrimônio? O que pode ou dever ser expurgado?

Não podemos negar que na conjuntura de Brasil, que pode ser trazida para a compreensão desse cenário localizado, parece haver herdeiros do patrimônio com poder de usufruir e negociar suas representações. Há que se debater ainda acerca dos ganhos ou perdas políticas que tal conjuntura instala. Debate que na requalificação da Praça Cívica parece ter ficado nas relações estatais na suas várias formas e representações.

Então, assim sabemos que, o processo de requalificação é também a perpetuação de discursos voltados a recortes específicos, questão que precisa ser sempre problematizada tanto no aspecto da academia, como já vem sendo feito por muitos estudiosos do tema, quanto nos polígonos patrimoniais através dos afetados diariamente. Contribui para esse debate as discussões que vem sendo realizada por Tamaso (2012) ao problematizar essas questões.

> Importa ressaltar que os processos de patrimonialização nem sempre visam fins que tenham a ver com a preservação e frequentemente, como já vimos, opera exclusões sociais. Podem, por exemplo, atender a propósitos como os de disciplinamento social dos espaços públicos, de branqueamento de certas características identitárias, ou a higienização dos hábitos de classes populares. (TAMASO, 2012, p.26)

A construção desse raciocínio permite integrar novamente o olhar nativo sobre o patrimônio na lógica disciplinadora através da legislação e, ainda, a partir do ponto de visto do nativo. Um mesmo prédio, como no caso do “taperão”, pode ser de valor singular para o discurso do Iphan e sem importância para o discurso dos

nativos. E, da mesma forma, um quiosque construído inicialmente debaixo de uma árvore, depois refeito ao que parece sem preocupações estéticas e sem uma delimitação de estilo arquitetônico definido, pode ser para as instâncias de governo um produto descartável tendo que ser retirado do espaço no prazo de 5 dias sem nenhuma condição dada para isso, mas que para o proprietário e demais pessoas trazia importância de lugar de encontro e relações. Mas também, como vimos anteriormente, assume importância maior que muito monumentos construídos com finalidades específicas de modo a atender discurso identitários.

Apesar de todas essas ponderações Seu Joaquim se mostrou sempre favorável à requalificação por entender se tratar de melhorias para um bem público. “A reforma é importante. A praça está muito feia. A fonte [luminosa] não está funcionando e ninguém vem mais aqui à noite” (JOAQUIM SANTANA, 21 DE JULHO DE 2018), também esteve envolvido pela promessa feita quando da sua retirada. “Disseram que a gente pode ficar tranquilo, que vamos voltar. Quando isso acontecer, devo ter que colocar um um toldo, já que devem cortar estas árvores”, (JOAQUIM SANTANA, 2018).

As representações patrimoniais aparecem de forma paradoxal nas conjunturas apresentadas a partir das falas dos interlocutores. Fica evidente um jogo de poderes entrelaçados de conflitos e interesses que respinga em lutas materiais e simbólicas. A instalação de um toldo para substituir árvores que pensou que seriam cortada, mas não foi, marcam uma preocupação quanto modificações que simbolicamente resignifica o espaço. Retomo aqui o caso da gameleira da Rua 20 de importância patrimonial na história da cidade de Goiânia. O que teria em comum entre a árvore frondosa do quiosque e a árvore da Rua 20? Penso que seja uma resposta que traz luz a compreensão sobre o que separa uma *tapera* de um equipamento em utilidade e a resolução desta sentença torna a patrimonialização mais compreendida entre o jogo que emplaca de um lado o Governo e do outro os cidadãos.

Além da questão da titularidade de uso, alguns fatores contribuíram para querela controvérsia do quiosque, e o maior deles me parece ser o fato de que o quiosque não se caracteriza entre as formas arquitetônicas da *art déco, o que é um fato.* Mas, que lugar o patrimônio reservou para as outras formas sociais e temporais

e o contornos que compõem o espaço da Praça Cívica? Temos uma tensão que permeia a forma como o espaço acontece na concepção ideológica de modernização ainda presente nas concepções da imagem da cidade. Cabe aqui reflexão feita por Eckert (2002, p. 78):

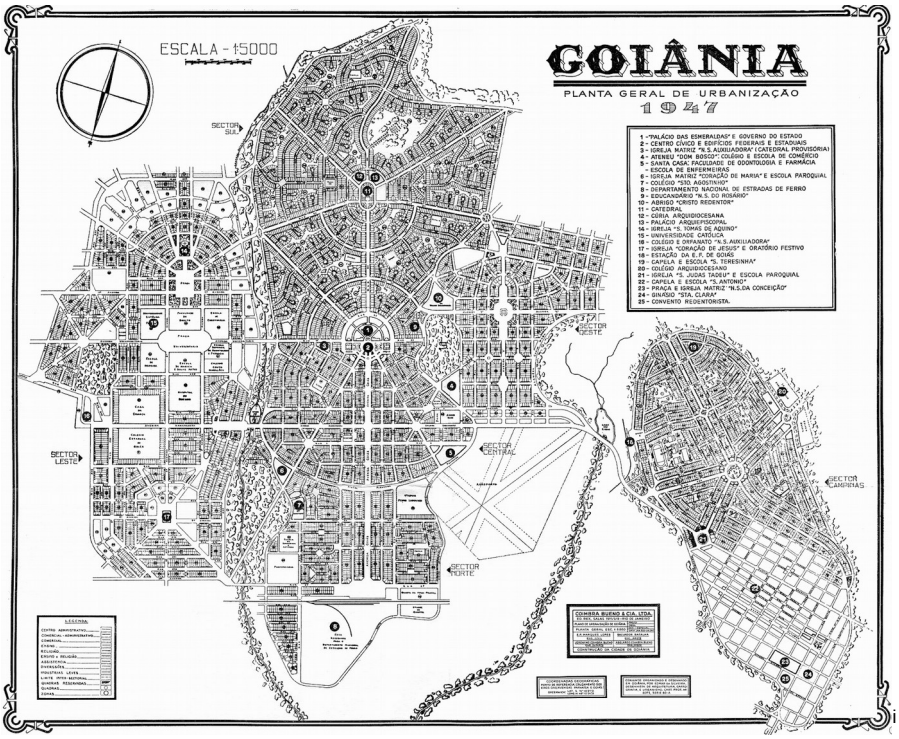
> Quem são os guardiões da memória celebrada pelo Estado e divulgada pelos meios de comunicação de massa? E quem são os herdeiros dessa memória? Estaremos hoje conformados à memória seletiva de um discurso oficial ou, estamos ao contrário [...] atentos aos fatores aglutinantes apreendidos num processo de emancipação do sujeito e coletivização do conhecimento histórico?

São provocações que apresentadas pela autora e que coloca em cheque algumas ações realizadas em nome da salvaguarda de determinada cultura o que abre precedente para outro questionamento que considero necessário: afinal para quê serve o tombamento?

Não encontrei respostas prontas para a questão, porém os mal-estares aqui trazidos direcionam a ponderações que colocam numa mesma esteira a importância do tombamento e a sua negação como pólos ao que parece equivalentes na concepção das memórias coletivas. As tensões ao meu ver não se caracterizam como cobranças vazias, muito pelo contrarío, reforçam uma perspectiva de auto-crítica que busca fazer desse dispositivo uma voz capaz de ser audível por mais pessoas de forma a atender a polifônia como condição necessária ao se falar sobre pluralidade de culturas e sujeitos traduzidas nas edificações.

O capitulo a seguir, o úlltimo do trabalho, trata-se de um copilado de imagens - fotos históricas e autorais - que retormam as disscussões apresentadas num formato de narrativa visuais. A imagem compreendida dentro da perpectiva antropológica cria pontes entre a imagem vivida e a situação social a ele remetida. Texto escrito sem necessáriamente ter a mediação da palavra, optei inclusive pela supressão de legenda que será apresentada como nota fim, o que permite ao leitor ser critico em suas compreensões.

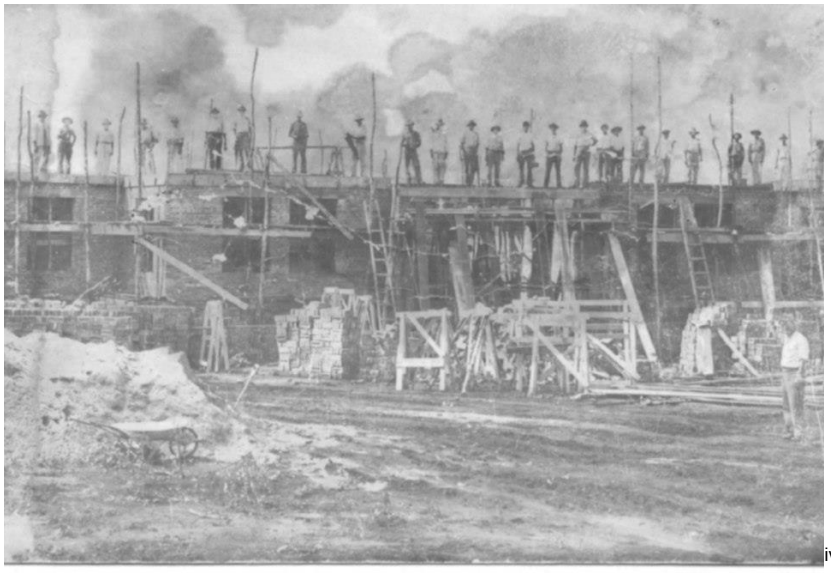
6. NARRATIVAS VISUAIS



i

ii

iii


iv

v

vi

vii

viii

ix

x

xi

[xii]

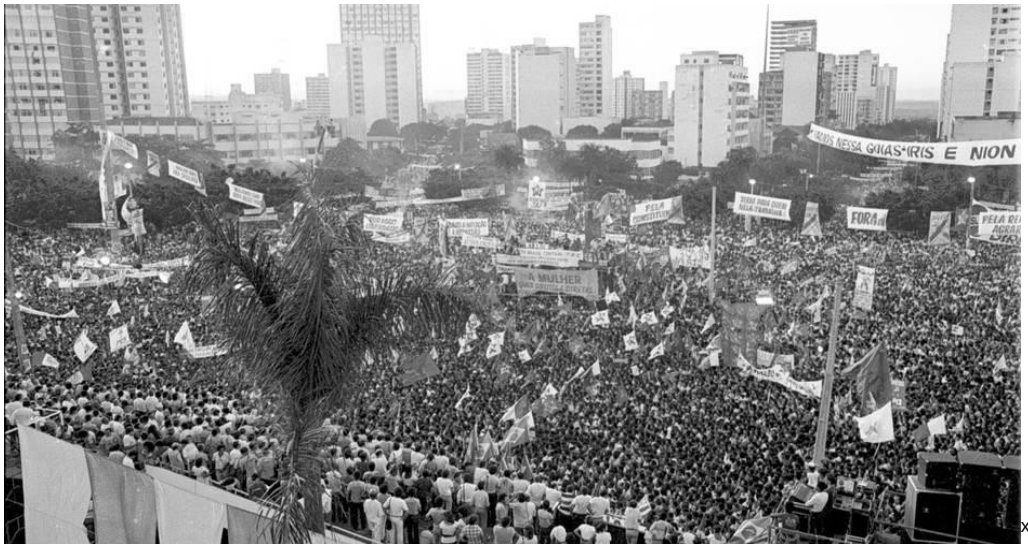
[xiii]

[xiv]

[xv]

[xvi]

[xvii]



xviii

xix

xx

xxi

[xxii]

[xxiii]

[xxiv]

[xxv]

[xxvi]

[xxvii]

[xxviii]

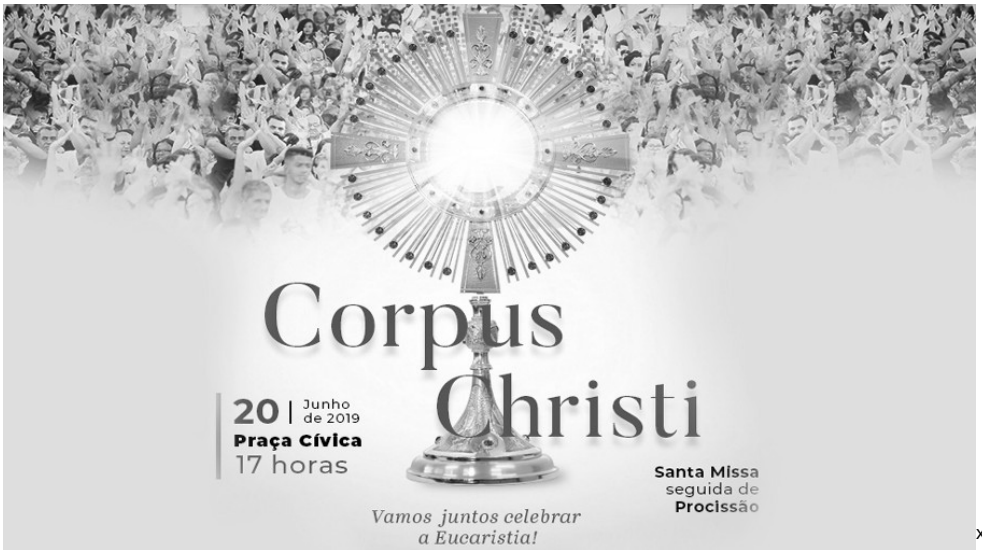
[xxix]

[xxx]

[xxxi]

[xxxii]

[xxxiii]



[xxxiv]

[xxxv]

[xxxvi]

[xxxvii]

[xxxviii]

xxxix

xl

xli

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA
PAC2
CIDADE MELHOR
Requalificação Urbana da Praça Cívica
Valor Total da Obra: R$12.533.929,48
Comunidade: Setor Central
Município: Goiânia - GO
Objeto: Requalificação Urbana da Praça Cívica
Agentes Participantes: Prefeitura de Goiânia; Caixa Econômica Federal; IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Ministério da Cultura.
Início da Obra: 27/01/2015
Término da Obra: 27/11/2015
PREFEITURA DE GOIÂNIA
CAIXA
IPHAN
Ministério da Cultura
OBRA: REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA CÍVICA NA CIDADE DE GOIÂNIA
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
FISCALIZAÇÃO: FÁBIO PERES DE OLIVEIRA ENG.º CIVIL CREA-GO 13831/D
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS: VICENTE SOUTO JÚNIOR ENG.º CIVIL CREA-GO 13831/D
ANDRÉ LUIZ LAUNÉ PINTO ENG.º ELETRICISTA CREA-GO 14987/D
SIMONE SOARES DELANOY ARQUITETA E URBANISTA CAU A13806-1
EXECUÇÃO:
MARSOU ENGENHARIA
xlii

OBRA: REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA CÍVICA NA CIDADE DE GOIÂNIA
CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
FISCALIZAÇÃO: FÁBIO PERES DE OLIVEIRA ENG.º CIVIL CREA-GO 13831/D
RESPONSÁVEIS TÉCNICOS: VICENTE SOUTO JÚNIOR ENG.º CIVIL CREA-GO 13831/D
ANDRÉ LUIZ LAUNÉ PINTO ENG.º ELETRICISTA CREA-GO 14987/D
SIMONE SOARES DELANOY ARQUITETA E URBANISTA CAU A13806-1
EXECUÇÃO:
MARSOU ENGENHARIA
xliii

xliv

xlv

xlvi

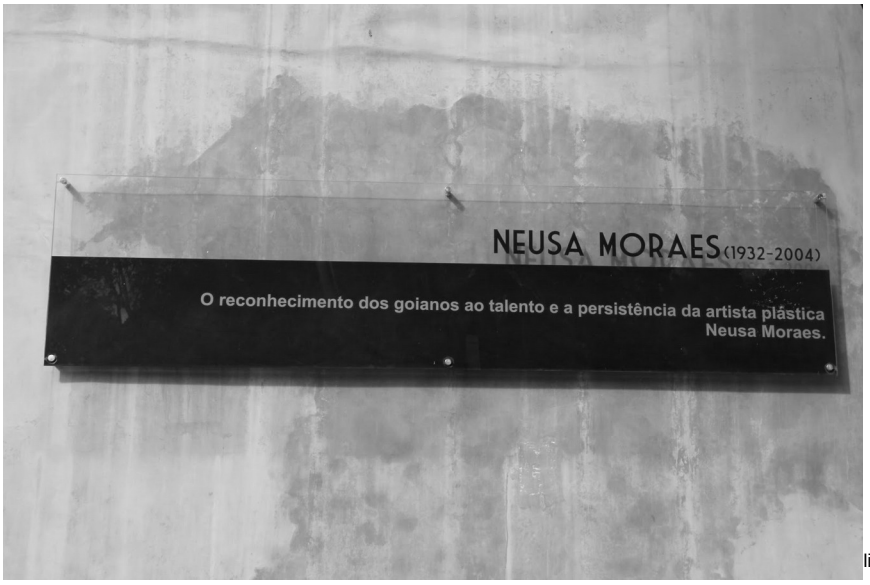
xlvii

xlviii

xlix

i

ii


NEUSA MORAES (1932-2004)
O reconhecimento dos goianos ao talento e a persistência da artista plástica Neusa Moraes.

iii

[liii]

[liv]

[lv]

[lvi]

[lvii]

[lviii]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda. - O Perigo da História Única‖. Vídeo da palestra da escritora nigeriana no evento Technology, Entertainment and Design (TED Global 2009).

AGIER, M. Lugares y Redes. Las Mediaciones de la Cultura Urbana. Revista Colombiana de Antropología, vol XXXII. p. 221-243, 1995. Disponível em: <http://www.icanh.gov.co/grupos_investigacion/antropologia_social/publicaciones_seriadas_antropologia/revista_colombiana_antropologia/8505>. Acesso em: 27/03/2019.

AUGÈ, M. Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Editora Papirus, 1994.

BACHELARD, G. A dialética da duração. Tradução Marcelo Coelho. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

BACHELARD, G. intuição do instante. Tradução Antonio de P. Danesi. 2.ed. Campinas: Verus, 2010.

BERGSON, Henri. Matéria e memória. Trad. Paulo Neves. 2 a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins e Fontes, 2006.

BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 3a ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BUTTIMER, A. Campo de Movimiento y sentido del lugar. In: RAMÓN, M. D. G. (org.) Teoría y Método em la Geografia Anglosajona. Barcelona, Ariel, 1985.

CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo: o lugar na geografia. In: CASTROGIOVANNI, A. (Org). Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 7ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2000. P.83 a 131.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Iphan, n. 23, p. 95-115, 1994.

_____. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1983. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

CARLOS, A. F. A. O Lugar no/do Mundo. São Paulo. Hucitec, 1996.

_____. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

CHAUL, Nars Fayad. A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia. Editora da UFG, 1999.

_____. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. 3.ed. Goiânia: Ed. UFG, 2010, pp. 221-264.

COELHO, Gustavo Neiva. O Art Déco e a política modernizadora na fundação de Goiânia. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. (Org.). Goiânia. Cidade pensada. Goiânia: UFG, 2002.

DA MATTA, Roberto. (1991), A casa e a rua. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

ECKERT, Cornelia. O que não esquecemos? Tudo aquilo que temos razões para recomeçar. Cidade e Memória na Globalização. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2002.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. Revista Território, Rio de Janeiro, ano 5, nº 9, pp. 65·83, jul./ dez., 2000.

GEERTZ, Clifford. “Ethos, Visão de mundo, e a análise de símbolos sagrados”. In, A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, Anthony. A Constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GODOLPHIM, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. In: Horizontes Antropológicos ano 1, n° 2, págs. 125-142. Porto Alegre, 1995.

GOIÂNIA ART DECO COMO SÍMBOLO DE MODERNIDADE. Pelotas - Rs: Pixo, v. 2, n. 4, 2018. V. 2, N. 7 (2018): Fronteiras e Bordas (primavera).

GOIÂNIA ART DÉCO: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento – Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, Impresso no Brasil Printed in Brasil – 2010, 190p.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. Revitalização da Praça Cívica é entregue. Goiânia – Goiás. 1 de setembro de 2016. Assessoria de imprensa da governadoria. Acessado em: <http://www.goiasagora.go.gov.br/revitalizacao-da-praca-civica-e-entregue/> no dia 10 de junho de 2017.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IPHAN. Goiânia (GO). Acessado em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/361/ > no dia 10 de jan. de 2019.

IPHAN. História - Goiânia (GO). Acessado em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1488/> no dia 10 de jan. de 2019.

IPHAN. Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Goiânia (GO). Acessado em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1486/> no dia 10 de jan. de 2019.

IPHAN. Praça Cívica será entregue à população de Goiânia (GO) após obra de requalificação. Goiânia – GO. 26 de agosto de 2016. Acessado em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3784/praca-civica-sera-entregue-a-populacao-de-goiania-go-apos-obra-de-requalificacao> no dia 10 de jan. de 2019.

LEITE, A. F. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, 21, p. 9-20, 1998.

LEMOS, Gardenia de Souza Furtado. Transporte coletivo em Goiânia: um estudo das representações sociais. (Dissertação, mestrado em Psicologia). Goiânia, Universidade Católica de Goiás, 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1957 [1955].Tristes Trópicos. São Paulo: Anhembi.

LIMA FILHO, Manuel F. Cidadania Patrimonial. Revista Anthropológicas , v. 26, p. 134-155, 2015.

_____. MACHADO, L. A. (Org.) . Formas e tempos da cidade. Goiânia: Cânone Editorial/Editora da UCG, 2007. v. 1. 280p .

_____. BEZERRA, M. A. (Org.) . Os Caminhos do Patrimônio no Brasil. Goiânia: Editora Alternativa, 2006. v. 1. 193p .

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. São Paulo: Educ., 1998. Projeto História 17. Trabalhos de Memória.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. (1998 [1922]), "Argonautas do Pacífico Ocidental". Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural.

MANSO. Celina Fernandes Almeida, 2001, Goiânia: uma concepção urbana moderna e contemporânea – um certo olhar – Prefeitura de Goiânia Incentivo Cultural, 266p.

MASCARENHAS, Angela Cristina Belém, Descobrindo Goiânia – caderno didático de estudos sociais 3ª série, 1992 Prefeitura de Goiânia Estado de Goiás – Secretaria Municipal da Educação.

MELLO, Márcia M. de. Moderno e modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia. São Paulo: Fauusp, 1996.

NORA, P. Comment écrire l'historie de France? In: NORA, P. (Org.). Les Lieux de Mémoire III: Les France 1 conflits et partages.Paris: Gallimard, 1992. pp. 11-32. p. 23

_____. Les lieux de memóire, Paris: Éditions Gallimard, 1997.

O POPULAR. Após quase um ano da pré-inauguração, Praça Cívica é entregue à população. Goiânia – Goiás. 26 de agosto de 2016 Acessado em:

<http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/ap%C3%B3s-quase-um-ano-da-pr%C3%A9-inaugura%C3%A7%C3%A3o-pra%C3%A7a-c%C3%ADvica-%C3%A9-entregue-%C3%A0-popula%C3%A7%C3%A3o-1.1138589> no dia 10 de junho de 2017.

O POPULAR. LONGO, Malu. Eternizados na história da capital. Goiânia – Goiás. 03 de abril de 2015. Acessado em: <http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/eternizados-na-hist%C3%B3ria-da-capital-1.818938> no dia 10 de junho de 2017.

O POPULAR. XAVIER, Rafael. Reforma tira Joaquim da praça. Goiânia – Goiás. 07 de fevereiro de 2015. Acessado em: <http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/reforma-tira-joaquim-da-pra%C3%A7a-1.775416> no dia 10 de junho de 2017.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. Imagens e Mudança Cultural em Goiânia. (Dissertação, mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, ano 20, n. 42.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. Goiânia, filha mais moça e bonita do Brasil. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. (Org.). Goiânia. Cidade pensada. Goiânia: UFG, 2002.

REIS, Márcio Vinicius. O Art Déco na obra Getulina moderno antes do modernismo. 2014. 278 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RICOEUR, P. 2007. A Memória, a história, o esquecimento. Campinas, Unicamp, 536 p.

RICOEUR, Paul. La mémoire, l'histoire e l'oubli. Paris, Ed. du Seuil, 2000

SCHEIBE, K. E. Self Studies. The Psychology of Self and Identity. London, Praeger, 1995.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção- 4a Ed. 2a reimpressão. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Candice Vidal e. Batismo Cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos de Marcha para o Oeste. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. (Org.). Goiânia. Cidade pensada. Goiânia: UFG, 2002.

SOUZA, Rildo Bento de. 2015, "A história não perdoa os fracos": o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, GO. Brasil.

TAMASO, Izabela M. Etnografando os sentidos do lugar: pintando, declamando e cantando a cidade de Goiás. In: TAMASO, I.M; FILHO,M.F.L. (Org.). Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos. Brasília: ABA, 2012.

TAMASO, Isabela. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade. In_ Polifonia do Patrimônio (organizadores Zuleide

Casagrande de Paula, Lúcia Glicério Mendonça, Jorge Luiz Ramalho). Londrina: Eduel, 2012.

TAMASO, Izabela. Em nome do Patrimônio: Representações e Apropriações da Cultura na Cidade de Goiás. Brasília, 2007.

TUAN, Y. -F. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VELHO, G. (2003). Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

i Planta Geral de Urbanização de Goiânia, 1947 – Note-se o Setor Sul na porção superior da planta. Fonte: Ribeiro (2004).

ii Cartaz incentivando a população brasileira a se mudar para Goiânia, a nova cidade, ano e autoria desconhecida.

iii Registro da Avenida Anhaguera, década de 1930. Autoria desconhecida. Acervo MIS-GO.

iv Trabalhadores na construção do Palácio do Governo (Palácio das Esmeraldas), 1933. Acervo MIS-GO.

v Pareias de bois arando a terra em frente ao Palacio das Esmeraldas, 1934. Acervo MIS-GO.

vi Praça Cívica, ao fundo o Palácio das Esmeraldas, década de 1930. Acervo MIS-GO.

vii Prédio do Grabde Hotel, tendo a Praça Cívica como plano de fundo, destaque dado ao Palácio das Esmeraldas, década de 1930. Acervo MIS-GO.

viii Relogio instalado na Avenida Goiás, década de 1930. Acervo MIS-GO.

ix Vista parcial da Praça Cívica tendo em destaque no primeiro plano o relógio instalado na Avenida Goiás e no segundo o Palácio das Esmeraldas, década de 1930. Acervo MIS-GO.

x Coreto tendo no segundo plano o Palácio das Esmeraldas, década de 1930. Acervo MIS-GO.

xi Jardim externo do Paláciod as Esmeraldas, década de 1930. Acervo MIS-GO.

xii Espelho d'água do jardim externo do Palácio das Esmeraldas. Década de 130. Acervo MIS-GO.

xiii Vista áerea, Goiânia, 1957. Acervo MIS-GO.

xiv Vista áerea, Praça Civica, 1957. Acervo MIS-GO.

xv Vista parcial da Praça Cívica, década de 1940. Acervo MIS-GO.

xvi Fluxo de pessoas e veículos na Praça Civica, década de 1950. Acervo MIS-GO.

xvii Obelisco no primeiro plano tendo o Palácio das Esmeraldas ao fundo, década de 1930. Acervo MIS-GO.

xviii Comício da campanha das Diretas Já, Praça Cívica – Goiânia, 1983. Autoria desconhecida.

xix Manifestação pública não identificada. Praça Civica, Goiânia – Goiás, 1960. Acervo MIS-GO.

xx Comício da campanha das Diretas Já, Praça Cívica – Goiânia, 1983. Autoria desconhecida.

xxi Praça Civica em processo de requalificação, 2015. Fonte: O popular.

xxii Praça Cívica, 2015. Fonte: O popular.

xxiii Praça Cívica e o espaço público tomar por veículos, 2015. Fonte: GRANDE; BOAVENTURA, 2015.

xxiv Festa Junina, São João, 2018. Fonte: Curta Mais.

xxv Coral Natalino no Palácio das Esmeraldas, Natal de 2018. Fonte: Ascom

xxvi Palácio das Esmerladas enfeitado com temática natalina, 2018. Fonte: Ascom

xxvii Montagem da ornamentação de natal, tenda natalina, 2018. Fonte: Ascom

xxviii Montagem da ornamentação de natal, tenda natalina, 2018. Fonte: Ascom

xxix Montagem da ornamentação de natal, tenda natalina, 2018. Fonte: Ascom

xxx Coreto em art déco, 2018. Fonte: Arquivo pessoal.

xxxi Coreto em art déco, 2018. Fonte: Arquivo pessoal.

xxxii Banho na fonte da Avenida Goiás, 2015. Fonte: Ivan Oliveira de Grande, 2015.

xxxiii Churrasco ao ar livre na Praça Cívica, 2014. Fonte: Ivan Oliveira de grabde, 2015.

xxxiv Carta de divulgação da festa de Corpus Christi, ano 2019.

xxxv Celebração Eucaristica da festa de Corpus Christi, ano 2018. Fonte: Arquivo pessoal.

xxxvi Tapete ornamental da festa de Corpus Christi, ano 2018. Fonte: Arquivo pessoal.

xxxvii Carta divulgação da Parada do Orgulho LGBTI+, ano de 2018.

xxxviii Carta divulgação da Parada do Orgulho LGBTI+, ano de 2019.

xxxix Parada do Orgulho LGBTI+, ano de 2018. Fonte: Acervo pessoal.

xl Cartaz divulgação da Marcha para Jesus de Goiânia – Goiás, ano de 2013.

xli Multidão na Marcha para Jesus de Goiânia – Goiás, ano de 2013. Fonte: Mundo Gospel.

xlii Placa divulgação da requalificaçãi da Praça Cívica, 2015. Fonte: Acervo pessoal.

xliii Detalhe placa divulgação da requalificaçãi da Praça Cívica, 2015. Fonte: Acervo pessoal.

xliv Detalhe placa divulgação da requalificaçãi da Praça Cívica, 2015. Fonte: Acervo pessoal.

xlv Panorâmica do quiosque reformado, 2018. Fonte acervo pessoal.

xlvi Detalhe do quiosque reformado, 2018. Fonte acervo pessoal.

xlvii Monumento As três raças, 2018. Acervo pessoal.

xlviii Detalhe monumento As três raças, 2018. Acervo pessoal.

xlix Detalhe monumento As três raças, 2018. Acervo pessoal.

l Fonte luminosa tendo ao fundo monumento O cavalo de Pedro Ludovico, 2018. Fonte: Acervo pessoal.

li O cavalo de Pedro Ludovico, 2018. Fonte: Acervo pessoal.

lii Detalhe pala sobre o monumento O cavalo de Pedro Ludovico, 2018. Fonte: Arquivo pessoal.

liii Fonte luminosa, 2019. Fonte: Arquivo pessoal.

liv Monumento aos Karajás, obra de Siron Franco, 2018. Fonte: Arquivo pessoal.

lv Monumento aos Karajás, obra de Siron Franco, 2018. Fonte: Arquivo pessoal.

lvi No primeiro plano o Palácio das Esmeraldas e no segundo, ao fundo, palácio Pedro Ludovico Teixeiram 2018. Fonte: Arquivo pessoal.

lvii Panorâmica do quiosque reformado, 2018. Fonte acervo pessoal.

lviii Márcio Carvalho refletivo no óculos de Joaquim Santana, 2018. Fonte: Arquivos pessoais.